

# **O dia depois: A reacção da imprensa portuguesa ao atentado de 11 de Março de 2004 em Madrid**

**Jorge Pedro Sousa**

Universidade Fernando Pessoa

## **Resumo**

A teoria do jornalismo explica que factores como os critérios de noticiabilidade e os enquadramentos levam a que os mortíferos atentados cometidos por activistas da al-Qaeda sejam notícia. O atentado da al-Qaeda cometido a 11 de Março de 2004 em Madrid foi um dos actos da organização chefiada por bin-Laden que se transformaram em notícia. Este texto, resultante de uma análise do discurso, procura descrever como dois diários portugueses de referência (*Público* e *Diário de Notícias*) reagiram ao atentado de 11 de Março, interpretando os dados à luz de alguns dos elementos estruturais da teoria do jornalismo. A principal conclusão é a de que o trauma associado ao acontecimento alterou pontualmente os papéis sociais rotineiros do jornalismo, que sem abandonar o seu papel de veículo de informação se transformou, igualmente, num veículo de excomunhão e condenação.

**Palavras-chave:** terrorismo; análise do discurso; 11 de Março; imprensa portuguesa; jornalismo de referência.

## **1. Introdução**

Miliband (1969) apontou certo quando explicou que os meios jornalísticos tendem a ser menos imparciais e objectivos quando mais radical é a dissidência ou o desvio em relação ao que é colectivamente negociado como sendo a definição simbólica do que é normal numa sociedade. Aliás, conforme salientam Shoemaker e Reese (1996: 237), os meios jornalísticos participam nessa

negociação colectiva, propondo uma norma em torno da qual se conceptualiza o desvio. Pode, assim, afirmar-se que os acontecimentos socialmente traumáticos, como os atentados do 11 de Setembro ou do 11 de Março, são notícia porque são intensamente desviantes e violam gravemente as regras de convivência e as estratégias de sobrevivência das comunidades. Maclear (1999: 10) explicita, inclusivamente, que o trauma social não pode, sequer, ser resolvido pela informação que explica os acontecimentos socialmente traumatizantes, pois os seus efeitos ultrapassam a clausura dos factos históricos. Para a autora, eventos traumáticos, como o atentado do 11 de Março, correspondem a momentos em que a experiência colectiva e pessoal e a compreensão são de tal forma irreconciliáveis que os factos do passado perduram como uma ferida aberta no presente. Porém, a recuperação colectiva do trauma, segundo Maclear (1999: 10), inicia-se no momento em que as comunidades começam a falar dos acontecimentos que estão na origem desse mesmo trauma, encarando-os de frente. Nas sociedades mediatizadas, o jornalismo desempenha um papel relevante na recuperação colectiva do trauma e na reconstrução da identidade comunitária (Zelizer e Allan, 2002: 2), estabelecendo a segurança, lembrando os eventos, fazendo o luto e reconectando as pessoas com a vida quotidiana (Herman, 1992: 15). O jornalismo funciona, assim, para a colectividade, como “portador [de conteúdos], tradutor, mediador e fabricante de significados” (Zelizer, 1998; Zelizer e Allan, 2002: 2), vendo alterados os seus papéis sociais rotineiros (Zelizer e Allan, 2002: 3). Porém, mais do que isso, o trauma altera, nem que seja momentaneamente, o processo jornalístico de produção de informação (por exemplo, obriga a concentrar recursos na cobertura de um único evento), por muito que as necessidades de produção de informação promovam, em sentido contrário, a rotinização do inesperado (Tuchman, 1978). No entanto, o impulso para a rotinização da produção de informação é grande. Tal como Tuchman (1978), Zelizer e Allan (2002: 5) explicam que os jornalistas procuram tratar o novo e inesperado com base em padrões e esquemas interpretativos conhecidos e rotinas produtivas dominadas. Schudson (1988: 24), no mesmo sentido, sublinha que os jornalistas sentem a necessidade de enquadrar o novo à luz de esquemas interpretativos já existentes, como os exemplos históricos (Gamson, 1984). Assim, um novo acontecimento socialmente traumático apela à experiência jornalística adquirida em situações semelhantes e à memória colectiva, permitindo uma recuperação dos esquemas interpretativos utilizados para enquadrar acontecimentos traumáticos semelhantes (cf. Manoff, 1986). O 11 de Março de 2004 em Madrid teve um equivalente: o 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos (Nova Iorque, Washington...), sendo de colocar por hipótese que os acontecimentos na América tenham servido de referente para enquadramento dos acontecimentos em Espanha.

Outros elementos ajudam a compreender a noticiabilidade do atentado de 11 de Março e a cobertura jornalística que foi feita do mesmo. Traquina (2001: 98), por exemplo, sustenta que o jornalismo

ênfatiza os acontecimentos em detrimento das problemáticas devido ao valor do imediatismo e à “definição de jornalismo como relatos actuais sobre acontecimentos actuais”.

Por outro lado, no campo dos estudos jornalísticos e da análise do discurso, há já vários anos que se evidencia que a actualidade, a morte e a negatividade funcionam como critérios de noticiabilidade. Mitchell Stephens (1988: 34) sustenta, inclusivamente, que as “qualidades duradouras” das notícias têm variado pouco através da história, resumindo-se essencialmente à actualidade, à proximidade (geográfica, cultural, linguística...), ao extraordinário, ao insólito, à proeminência das figuras envolvidas, ao ilegal, às guerras, às calamidades e à morte (“más notícias são boas notícias”). Outros autores, como Traquina (2002: 174-178) ou Gans (1979) realçam, igualmente, que a definição do que é notícia apresenta um certo grau de estabilidade histórica. Galtung e Ruge (1965), primeiros autores a procurarem listar de forma sistemática e exaustiva as qualidades que contribuem para a definição do que é notícia, referem, também eles, entre outros factores, a negatividade, o inesperado e a amplitude (número de pessoas afectadas, consequências do acontecimento, etc.). Galtung e Ruge chamam ainda a atenção para outros elementos que influenciam a noticiabilidade de um acontecimento, como sejam a clareza quanto ao seu significado, a consonância com enquadramentos e significados anteriores (“as novas são velhas”), a continuidade da cobertura de acontecimentos já noticiados e a referência a nações de elite.

Traquina (2002: 192) relembra a existência de valores-notícia de construção, que ele define como “os critérios de selecção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia” (Traquina, 2002: 198), como a dramatização. Sem negarmos a pertinência da aportação de Traquina, pensamos, todavia, que os valores-notícia de construção também estão relacionados com a possibilidade de *imprimir uma determinada marca à notícia*. Deste ponto de vista, a dramatização está relacionada também com a possibilidade de dramatizar a história do acontecimento e não apenas com as características intrínsecas do acontecimento.

Sousa (2000) explica que os critérios de noticiabilidade foram inculcados na cultura jornalística a partir de uma matriz organizacional, social (englobando a expectativa do público e o mercado), ideológica, cultural e histórica, dependendo, igualmente, de factores pessoais, físicos e tecnológicos. Por isso, Sousa comunga da perspectiva de Ericson, Baranek e Chan (1987: 139-140), segundo a qual os critérios de noticiabilidade contribuem para que o jornalista hierarquize os acontecimentos em função da sua importância, norteando o processo de selecção dos acontecimentos, embora não sejam totalmente imperativos, pois há sempre um espaço para a acção pessoal do jornalista. Essa é, aliás, uma das razões que leva Ericson, Baranek e Chan (1987: 139-140), tal como Sousa (2000), a reconhecer que os critérios de noticiabilidade são “múltiplos, entrecruzados” e nem sempre fáceis de definir pelos pesquisadores.

De acordo com o enquadramento teórico anterior, o atentado de 11 de Março de 2004 em Madrid mistura várias características que permitiram a sua eleição à condição de notícia em Portugal, como sejam:

- a) Actualidade;
- b) Negatividade do acontecimento e morte;
- c) Excesso (brutalidade do acto) e intensidade (elevado número de mortos e feridos);
- d) Proximidade;
- e) Envolvimento directo de Espanha, nação de elite europeia, e envolvimento indirecto da comunidade das nações e de países como os Estados Unidos, por força da luta contra a al-Qaeda;
- f) Clareza de significado: foi um atentado contra o apoio de Espanha à política norte-americana de combate à al-Qaeda e ao regime de Saddam Hussein no Iraque, independentemente de outros enquadramentos que possa ter;
- g) Continuidade, pois a notícia do atentado dá continuidade à longa cobertura da guerra contra a al-Qaeda e contra o regime de Saddam Hussein, que ainda hoje não teve um desenlace e que continua a ser notícia porque obedece a vários critérios de noticiabilidade, como a morte, a negatividade, o desvio, o excesso, o envolvimento de pessoas e nações de elite, etc.;
- h) Permite a personalização e a dramatização do tratamento noticioso, por ser um assunto intrinsecamente violento e trágico que provocou a morte de muitas pessoas, destroçando famílias e comunidades;
- i) Proporciona imagens fortes;
- j) Agudiza a conflitualidade e a polémica geradas pela divergência de posições entre nações de elite e outros actores da cena internacional sobre o apoio à política de defesa norte-americana.

É de referir que o facto de estar a decorrer a campanha para as eleições legislativas em Espanha, coberta continuamente pelos jornais portugueses, que tinham no país vizinho enviados especiais no terreno e correspondentes, contribuiu para acentuar a importância noticiosa do atentado.

Os critérios de noticiabilidade ajudam a compreender os enquadramentos que são dados aos acontecimentos quando estes são convertidos em notícias. Como argumenta Wolsfeld (1991: 18), os acontecimentos necessitam de explicações, o que os torna pontos de partida para a construção de enquadramentos noticiosos. Traquina (1991: 160) explicita que “as notícias acontecem no cruzamento de acontecimentos e textos”, o que as torna simultaneamente enquadradas e enquadráveis. Goffman (1975: 10-11) define os enquadramentos como “princípios de organização

que governam os acontecimentos (...) e o nosso envolvimento subjectivo neles”. Tuchman (1976) diz que eles contribuem para a construção de sentidos para a realidade social. Gamson (1989: 157) explica que um enquadramento é uma ideia central que organiza e dá sentido aos acontecimentos, sugerindo “o que está em causa”. Gitlin (1980: 7) sustenta que os enquadramentos são padrões “de cognição, interpretação e apresentação, selecção, ênfase e exclusão” que organizam os discursos verbais e visuais. Traquina (2002: 200-201) explica que eles “são sugeridos através de metáforas, frases feitas, exemplos históricos, descrições e imagens”, sendo que por vezes as notícias “novas” são encaixadas em “velhos” enquadramentos.

Os conteúdos e enquadramentos de grande parte das notícias dependem daquilo que as fontes dizem (Sigal, 1973). A maior parte da literatura sobre fontes de informação mostra que, se por um lado o jornalismo está orientado para os acontecimentos, por outro também está orientado para as fontes de informação, em particular para as “fontes oficiais” (Traquina, 2001: 137; Gans, 1979), que autorizam e credibilizam o discurso jornalístico, independentemente de os jornalistas terem maior ou menor liberdade de negociar os enquadramentos e significados propostos pelas fontes (ver, por exemplo: Traquina, 2002; Sousa, 2000; Gans, 1979).

As fotografias jornalísticas, além de suscitarem a atenção e interesse do leitor, criando um espaço de contemplação (Zelizer, 2002: 49), também contribuem para fixar os enquadramentos das histórias e para a construção de significados, proporcionando maior compreensão das notícias (Tubergen e Mashman, 1974). Hirsch (2002) e Zelizer (2002) sustentam que a fotografia se inculca mais no pensamento e na memória do que as imagens em movimento e que as fotografias de acontecimentos traumáticos ajudam as pessoas a evoluir para um estágio pós-traumático, saindo do caos em direcção à ordem. As fotos, salienta Zelizer (2002: 49), cumprem também o seu papel jornalístico de mostrar para fazer crer.

Em consonância com o exposto, o presente trabalho tem por objectivo descrever e interpretar a forma como os diários portugueses de referência noticiaram o atentado de 11 de Março de 2004 em Madrid, verificar se a cobertura foi enviesada, dramatizada e personalizada e desvelar os enquadramentos usados para situar e interpretar o acontecimento.

Face ao objectivo equacionado, elegeu-se a análise do discurso como método de pesquisa, já que é o método que possibilita atingir-se a substância de um discurso. Para a componente quantitativa da análise, utilizou-se como unidade a matéria individual que referisse directa ou indirectamente o atentado. A informação foi, assim, classificada em número de matérias e em cm<sup>2</sup> (arredondados às unidades) por várias categorias definidas *a priori*, conforme é habitual neste tipo de pesquisa (cf. Marques de Melo et. al., 1999: 4; cf. Marques de Melo, 1972). No caso particular das fontes, a informação foi categorizada por número de referências às fontes e número de frases citadas. Assim,

as variáveis dependentes do presente estudo foram, simultaneamente, as matérias sobre o atentado, medidas nominalmente e por nível de razão (em cm<sup>2</sup>), e as referências às fontes e frases citadas. A definição das categorias para a análise de conteúdo foi feita tomando em consideração que essa mesma análise procuraria testar várias hipóteses, sustentadas pela teoria do jornalismo, e responder às perguntas de investigação que delas emergiram:

**Hipótese 1: O elevado grau de noticiabilidade do atentado, decorrente da confluência de vários critérios de noticiabilidade e outros factores, relevaram o atentado entre a informação.**

**Pergunta de pesquisa 1:** Qual foi a relevância informativa concedida ao atentado?

**Variáveis:** Quantidade de informação (número de matérias e espaço ocupado em cm<sup>2</sup>) e quantidade de chamadas noticiosas à primeira página (n.º de chamadas e espaço ocupado em cm<sup>2</sup>).

**Categorias de análise do discurso:**

**Matérias sobre o atentado:** Matérias que referenciam o atentado, mesmo que o seu tema central seja outro.

**Matérias internacionais:** Matérias que registam acontecimentos fora de Portugal, sem envolvimento directo de portugueses ou de Portugal.

**Chamadas sobre o atentado à primeira página:** Títulos e outras referências ao atentado nas primeiras páginas dos periódicos analisados.

**Hipótese 2: A brutalidade do atentado, que provocou a morte de quase duas centenas de pessoas, centralizou a cobertura no próprio evento, embora o papel tradicional da imprensa escrita de referência como provedora de análises e informação mais extensa tenha temperado as notícias duras com matérias de contexto e argumentação.**

**Pergunta de pesquisa 2:** Quais as macro-temáticas predominantes na informação sobre o atentado?

**Variáveis:** Quantidade de informação sobre o atentado (número de matérias e espaço ocupado em cm<sup>2</sup>), em função dos temas centrais das matérias.

**Categorias de análise do discurso:**

**Atentado:** Notícias “duras” sobre como aconteceu o atentado, como se processaram os socorros, como se aplicaram as medidas de segurança, as acções imediatas do Rei de Espanha, do Governo espanhol e demais autoridades, etc. Englobaram-se ainda nesta categoria os testemunhos pessoais.

**Reacções institucionais e pessoais/reacções verbais:** Notícias sobre o que foi dito pelas autoridades representativas de Espanha, de outros países e de organizações internacionais a propósito do atentado. Colunas de reacções verbais ao atentado.

**Consequências e repercussões políticas, económicas e nos domínios da segurança e defesa:** Matérias sobre as consequências do atentado para a economia (bolsas, mercados, câmbios, investimentos, etc.), para a vida política (em especial para o processo eleitoral espanhol) e para o combate ao terrorismo (segurança e defesa).

**ETA e autoria ETA:** Matérias onde se segue a tese oficial do Governo espanhol, segundo a qual a ETA foi responsável pelos atentados. Historial da ETA e dos atentados que cometeu.

**Não foi a ETA:** Matérias onde exclusivamente se rejeita a tese oficial do Governo espanhol, negando à ETA a autoria do atentado. Não foram incluídas nesta categoria reacções verbais negando que a ETA tivesse perpetrado o atentado quando estas apareceram misturadas com outras reacções verbais em “colunas de citações” e similares.

**Al-Qaeda e autoria al-Qaeda:** Matérias que abrem a possibilidade de ter sido a al-Qaeda a perpetrar o atentado. Reivindicação do atentado pela al-Qaeda.

**Autoria ETA e/ou al-Qaeda:** Matérias onde se explicita que a autoria do atentado não está definida, abrindo a possibilidade de o atentado ter sido cometido por uma das duas organizações ou mesmo pelas duas em colaboração, não alinhando nem com a tese do Governo espanhol nem com a reivindicação da al-Qaeda.

**Voz editorial e argumentação em geral:** Matérias argumentativas, opinativas e analíticas sobre o atentado, mesmo quando se pronunciam sobre a autoria do acto. Incluíram-se nesta categoria os editoriais e as colunas de opinião e análise.

**Contexto:** Matérias documentais ou de outra natureza cuja preocupação central é apresentar dados susceptíveis de levar os leitores a inserir melhor o atentado na conjuntura internacional, na história, etc. Dados sobre outros atentados que não tenham sido da responsabilidade da ETA nem da al-Qaeda.

**Temáticas mistas:** Matérias que poderiam ser classificadas em várias das categorias anteriores, por abordarem várias das temáticas atrás definidas sem que uma delas constitua o tema central.

**Outros assuntos:** Todas as matérias que referenciam o atentado e cujo tema central não cabe nas categorias anteriores, como notícias acerca do indeferimento do adiamento de jogos de futebol pela UEFA, a suspensão das ligações ferroviárias com Portugal, etc.

**Hipótese 3: O carácter surpreendente e brutal do atentado promoveu a informação noticiosa.**

**Pergunta de pesquisa 3:** Quais os géneros textuais usados para a cobertura do atentado?

**Variáveis:** Quantidade de informação sobre o atentado (número de matérias e espaço ocupado em cm<sup>2</sup>), em função dos géneros textuais.

**Categorias de análise do discurso:**

**Matérias predominantemente noticiosas (notícias, reportagens, etc.):** Relatos essencialmente noticiosos (descritivos, narrativos e com citações) sobre o acontecimento, comportando informação nova e actual. Colunas de reacções verbais. Infográficos noticiosos. Exclui entrevistas.

**Entrevistas:** Matérias em que um ou mais entrevistados podem dirigir-se ao leitor através das respostas que dão às perguntas de um jornalista, independentemente do estilo de redacção (pergunta-resposta ou “discurso indirecto”) e do tipo de entrevista (“personalidade”, “de declarações”, etc.).

**Matérias predominantemente documentais:** Matérias jornalísticas que funcionam como *background* informativo e documental para notícias, reportagens, entrevistas, etc. Infográficos de contextualização da informação.

**Matérias predominantemente argumentativas ou analíticas (editorial, coluna, comentário, artigo, etc.):** Matérias que, regra geral, surgem espacialmente bem delimitadas, apresentam um conteúdo argumentativo, analítico ou opinativo e são assinadas. Geralmente, são matérias que não trazem informação nova, antes se debruçam sobre dados conhecidos, que servem de base à interpretação e argumentação. Reacções pessoais e impressionistas ao atentado, mesmo quando a preocupação não é eminentemente argumentativa. Incluíram-se nesta categoria os cartoons jornalísticos.

**Outra tipologia:** Matérias que não cabem nas categorias anteriores.

**Hipótese 4: A facilidade de acesso, por um lado, e a necessidade de saber o que se passava e de referenciar a “visão local” sobre o acontecimento, por outro, impuseram o recurso equilibrado a fontes portuguesas e espanholas.**

**Hipótese 5: As fontes oficiais são dominantes.**

**Pergunta de pesquisa 4:** Quais são as fontes presentes nas matérias sobre o atentado?

**Variáveis:** Presença das fontes nas matérias (excluindo o produtor do texto), em número de referências e frases citadas. (As citações indirectas, como, por exemplo, um jornal que cita uma declaração de terceiros retirada de outro jornal, foram contabilizadas em função da fonte inicial.)

**Categorias de análise do discurso A:**

**Espanhóis:** Fontes espanholas, unipessoais ou colectivas. Instituições e organizações espanholas.

**Portugueses:** Fontes portuguesas, unipessoais ou colectivas. Instituições e organizações portuguesas.

**Fontes internacionais:** Representantes e altos funcionários das Nações Unidas e de outras organizações internacionais; Nações Unidas e organizações internacionais enquanto pessoas colectivas.

**Fontes europeias e aliados ocidentais:** Fontes dos países da Europa, incluindo Rússia, com exclusão dos países predominantemente islâmicos (Turquia, Bósnia, Albânia) e de Portugal e Espanha. Fontes de países ocidentais, como os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia. Inclui o Vaticano.

**Fontes de países islâmicos:** Fontes pertencentes a países onde o Islão é a religião do estado ou a países oficialmente laicos mas em que o islamismo é relativamente dominante, como a Turquia, a Albânia ou mesmo a Bósnia.

**Outras nacionalidades:** Fontes de nacionalidades não referenciadas anteriormente.

**Indeterminadas ou anónimas:** Fontes cuja nacionalidade é impossível de determinar pela análise do discurso. Inclui a al-Qaeda como fonte, uma vez que é impossível apurar a identidade dos seus membros, havendo alguns oriundos de países não islâmicos.

#### **Categorias de análise do discurso B:**

**Fontes "oficiais":** Instituições nacionais ou internacionais. Políticos, diplomatas e altos funcionários. Representantes de organizações e instituições. Representantes das forças armadas, dos bombeiros e outros agentes da protecção civil.

**Agentes da protecção civil:** Polícias, bombeiros, militares, médicos e outros profissionais de saúde, socorristas, etc. que funcionam como fontes embora sem representarem oficialmente as instituições e organizações que servem.

**Especialistas e comentadores:** Pessoas que embora não representem uma instituição ou organização são citadas como especialistas nos assuntos em causa. Inclui jornalistas funcionando como comentadores e especialistas.

**Religiosos:** Fontes religiosas representativas.

**Fontes jornalísticas:** Jornalistas ou órgãos jornalísticos que dão informação a outros jornalistas ou órgãos jornalísticos, excepto quando figuram noutra qualidade.

**ETA e seus apoiantes:** Fontes da organização independentista basca e seus braços políticos. Apoiantes da ETA.

**Al-Qaeda:** Fontes da organização fundamentalista islâmica liderada por bin Laden.

**Populares:** Fontes populares não incluídas nas categorias anteriores, especialmente feridos e testemunhas quando não englobados noutras categorias mais apropriadas. Funcionários não representantes das suas instituições.

**Outras fontes e fontes anónimas:** Fontes não incluídas nas categorias anteriores. Fontes anónimas.

#### **Hipótese 6: As fotografias jornalísticas reforçaram os enunciados verbais.**

**Pergunta de pesquisa 5:** Quais os enquadramentos temáticos das fotografias jornalísticas sobre o atentado?

**Variáveis:** Quantidade de foto-informação sobre o atentado (número de fotos e espaço ocupado em cm<sup>2</sup>), em função do conteúdo.

#### **Categorias de análise do discurso:**

**Atentado:** Fotografias do local do atentado, dos socorros, dos mortos e feridos, etc.

**Políticos:** Fotografias cujo tema central é a representação de políticos e/ou das suas actividades.

**Outros conteúdos:** Fotografias com outros conteúdos. Fotografias com conteúdos não relacionáveis com o atentado presentes em matérias que referiam este acontecimento.

Além das questões atrás sistematizadas, definiu-se ainda uma derradeira pergunta de investigação, cuja resposta obrigou a uma análise qualitativa do discurso (orientada para o caso geral e não para matérias em particular) e onde se teve em conta que a linguagem é produtiva e incapaz de espelhar a realidade (Traquina, 2002; Fairclough, 1992, 1995; Bell e Garrett, 1998; Fowler, 1991):

**PP 7** De que forma a linguagem usada para a cobertura do atentado indicia enquadramentos e enfiamentos intencionais ou não intencionais introduzidos na informação pelos actores do processo informativo?

Foram, assim, analisadas quantitativa e qualitativamente as edições dos diários *Público* e *Diário de Notícias* do dia 12 de Março de 2004. Embora para efeitos de quantificação do destaque dado ao atentado se tenham analisado globalmente os números das publicações atrás referidas, o objecto de estudo específico resumiu-se às matérias que referenciaram directa ou indirectamente o atentado. As matérias foram classificadas unicamente pelo pesquisador, pelo que não houve lugar à aferição de fiabilidade inter-codificadores.

Os dados das primeiras páginas foram contabilizados em separado, pelo que todos os dados abaixo que não mencionem o facto de se tratarem de dados recolhidos das primeiras páginas devem ser considerados como dados provenientes do corpo do jornal.

## 2. Resultados e discussão

### 2.1 Análise quantitativa

A análise quantitativa revela que os jornais analisados tiveram um comportamento editorial relativamente consonante, embora sejam de assinalar algumas diferenças pontuais entre eles.

**Quadro 1**  
Destaque dado ao atentado nas primeiras páginas

	<i>Público</i>	<i>Diário de Notícias</i>
Total de chamadas informativas	2	10
Chamadas sobre o atentado	1	4
<b>% chamadas sobre o atentado</b>	<b>50</b>	<b>40</b>
Espaço informativo total (cm <sup>2</sup> )	593	630
Espaço dedicado ao atentado (cm <sup>2</sup> )	572	564
<b>% espaço dedicado ao atentado (cm<sup>2</sup>)</b>	<b>96</b>	<b>89</b>

O atentado foi o assunto mais destacado nas primeiras páginas dos dois jornais analisados, ocupando quase a totalidade do espaço informativo. Os meios têm a capacidade de definir simbolicamente o grau de importância das crises, pelo que se constata, em consequência, que a crise do 11 de Março teve uma importância excepcional. Esta situação indicia que ambas as redacções consideraram o atentado como o assunto com maior índice de noticiabilidade no horizonte informativo do dia. No entanto, a presença da informação sobre o atentado nas primeiras páginas é tão avassaladora, ocupando 96% do espaço informativo do *Público* e 89% do *Diário de Notícias*, que se pode dizer que para os jornais o atentado constituiu quase o único assunto digno de ser destacado entre as notícias possíveis, havendo, portanto, um elevado envolvimento dos periódicos com o acontecimento, o que é compreensível, já que as organizações noticiosas e os jornalistas estão inseridos numa determinada sociedade, que maioritariamente compartilha valores e formas de ver e entender o mundo.

Pode ainda dizer-se que a proporção de itens com que os jornais confeccionaram as respectivas vitrinas foi semelhante, apesar de o mostruário do DN incluir mais artigos que o do *Público*, o que transmite a ideia de fragmentação. Qualitativamente, como veremos abaixo, as diferenças são maiores, o que, em conjunto com estes últimos dados quantitativos, evidencia que os dois jornais têm políticas editoriais subtilmente diferenciadas, até porque competem pelo mesmo segmento do público, em especial quando estão em causa acontecimentos que geram emoções fortes. Nestes casos, o *Público* parece envolver-se mais com os acontecimentos noticiados do que o DN (cf. Sousa, 2003; 2004).

**Quadro 2**  
**Destaque dado ao atentado no corpo dos jornais**

	<i>Público</i>	<i>Diário de Notícias</i>
Total de matérias	151	124
Matérias sobre o atentado	39	32
<b>% matérias sobre o atentado</b>	<b>26</b>	<b>26</b>
Espaço informativo (cm <sup>2</sup> )	51 940	45 099
Espaço dedicado ao atentado (cm <sup>2</sup> )	11 226	7 070
<b>% espaço dedicado ao atentado (cm<sup>2</sup>)</b>	<b>22</b>	<b>16</b>

No que respeita ao destaque dado aos acontecimentos de Madrid no interior dos jornais analisados, pode dizer-se que estes tiveram um comportamento relativamente semelhante. Mais de um quarto das matérias publicadas pelo DN e pelo *Público* (em concreto, 26%) referiam-se ao atentado, o que evidencia a elevada noticiabilidade do acontecimento. No entanto, o *Público* dá, percentualmente, mais espaço informativo ao atentado do que o DN. O *Público*, em números absolutos, também

publica mais matérias sobre o atentado e dá mais espaço ao acontecimento do que o DN. Deste modo, pode concluir-se que o *Público* tem uma atitude de maior envolvimento com a ocorrência do que o DN, tal e qual como indiciam as primeiras páginas de ambos os jornais (ver tabela 1). Conforme outros estudos assinalaram (Sousa, 2003; Sousa, 2004), esse maior envolvimento do *Público* com determinados acontecimentos pode indiciar uma maior carga latinizante na sua cultura editorial, em contraposição à postura de maior afastamento “objectivo” do *Diário de Notícias*, o que diferencia subtilmente as linhas editoriais desses dois diários de referência portugueses, que competem pelo mesmo segmento de público.

### Quadro 3

#### Destaque dado ao atentado no contexto da informação internacional

	<i>Público</i>	<i>Diário de Notícias</i>
Matérias internacionais	63	52
Matérias sobre o atentado	39	32
<b>% matérias sobre o atentado</b>	<b>62</b>	<b>62</b>
Espaço informativo internacional (cm <sup>2</sup> )	15 970	9 890
Espaço dedicado ao atentado (cm <sup>2</sup> )	11 226	7 070
<b>% espaço dedicado ao atentado (cm<sup>2</sup>)</b>	<b>70</b>	<b>71</b>

Analisando a dimensão dada à cobertura do atentado na informação internacional, há duas particularidades assinaláveis: 1) o grande peso da cobertura do atentado entre as matérias internacionais (62% das matérias e mais de 70% do espaço); e 2) a coincidência percentual do peso da informação sobre o atentado nos dois jornais, quer em número de matérias quer no espaço por estas ocupado. Assim, é possível dizer-se que, apesar de em números absolutos o *Público* ultrapassar o DN na publicação de matérias sobre o atentado, em termos percentuais o comportamento dos dois jornais foi semelhante, o que pode indiciar aproximações da política editorial dos dois jornais em relação à cobertura do que se passa no mundo.

**Quadro 4**  
**Temáticas da cobertura do atentado**

	<i>Público</i>				<i>Diário de Notícias</i>			
	N.º matérias	%	Espaço (cm <sup>2</sup> )	%	N.º matérias	%	Espaço (cm <sup>2</sup> )	%
Atentado	8	<b>20,5</b>	3 219	<b>28,7</b>	7	<b>21,9</b>	2 117	<b>29,9</b>
Reacções institucionais e verbais	8	<b>20,5</b>	1 170	<b>10,4</b>	3	<b>9,4</b>	908	<b>12,8</b>
Consequências e repercussões	6	<b>15,3</b>	1 350	<b>12</b>	3	<b>9,4</b>	657	<b>9,3</b>
ETA e autoria ETA	4	<b>10,3</b>	2 062	<b>18,4</b>	2	<b>6,25</b>	487	<b>6,9</b>
Não foi a ETA	0	<b>0</b>	0	<b>0</b>	2	<b>6,25</b>	324	<b>4,6</b>
Al-Qaeda e autoria al-Qaeda	0	<b>0</b>	0	<b>0</b>	2	<b>6,25</b>	613	<b>8,7</b>
Autoria ETA e/ou al-Qaeda	1	<b>2,6</b>	1 750	<b>15,6</b>	1	<b>3,1</b>	140	<b>2</b>
Voz editorial e argumentação em geral	2	<b>5,1</b>	420	<b>3,7</b>	4	<b>12,5</b>	787	<b>11,1</b>
Contexto	4	<b>10,3</b>	714	<b>6,4</b>	1	<b>3,1</b>	54	<b>0,8</b>
Temáticas mistas	1	<b>2,6</b>	476	<b>4,2</b>	0	<b>0</b>	0	<b>0</b>
Outros assuntos	5	<b>12,8</b>	65	<b>0,6</b>	7	<b>21,9</b>	983	<b>13,9</b>

A cobertura do atentado, conforme é visível pelos dados da tabela 4, teve dois epicentros. O primeiro epicentro foi o relato do acontecimento em si (as notícias centraram-se na resposta a *como?*), que ocupa quase 30% do espaço dedicado à ocorrência nos dois jornais. Quer o DN quer o *Público* cumpriram, assim, o seu papel de lembrar os eventos e fazer o luto, conforme pretende Herman (1992: 15). A autoria do atentado constituiu o segundo epicentro da cobertura (estas matérias centraram-se na resposta a *quem?*), até porque no dia 12 de Março ainda não se sabia com segurança se a tese oficial do Governo espanhol (“foi a ETA”) estava correcta. Em concreto, 34% do espaço do *Público* e 22,2% do DN foi ocupada por matérias relacionadas com a temática da autoria do atentado (incluindo matérias de contexto sobre os dois principais suspeitos: ETA e al-Qaeda). São várias as razões que podem ser inventariadas para explicar o comportamento editorial dos dois jornais. Em primeiro lugar, os enigmas atraem a atenção humana. Em segundo lugar, as pessoas querem saber quem coloca em perigo a sua segurança e o seu modo de vida, para se poderem mais facilmente proteger e para poderem nomear, condenar e excomungar simbolicamente os responsáveis pelos actos violentos desviantes. Porém, numa análise meramente quantitativa é possível observar que o *Público* seguiu mais do que o DN a tese oficial do Governo espanhol, segundo a qual a ETA teria perpetrado o atentado. O DN, pelo contrário, é mais comedido, indiciando as dúvidas que ainda existiam sobre quem estaria por trás do acto. De qualquer maneira, é de realçar que apesar de primeiros definidores (Hall et al., 1978) poderosos, como o Governo espanhol, chegarem ao espaço público sustentando determinados enquadramentos para os

acontecimentos, os meios jornalísticos têm capacidade negocial para a contrastação de fontes e para a difusão de enquadramentos alternativos, mesmo em situações limite que apelam ao consenso.

As reacções institucionais e verbais à ocorrência constituem também uma matéria destacada nos dois jornais (cerca de um décimo do espaço). São vários os motivos para que isso aconteça. Por um lado, correspondem à tentativa de encaixar o tratamento do que é inesperado em modos estandardizados de trabalho, para permitir o tratamento noticioso do novo facto com base em padrões e esquemas interpretativos conhecidos e rotinas produtivas dominadas pelos jornalistas e pela redacção no seu conjunto. Trata-se, assim, da rotinização do inesperado, de que falam Tuchman (1978) e Zelizer e Allan (2002: 5). A aplicação de rotinas ao inesperado permite, quer ao público quer aos jornalistas, encontrar um “novo normal” e reencontrar a estabilidade na vida. Por outro lado, essa é uma forma de conferir sensações de normalidade, de os jornalistas mostrarem às pessoas e a si mesmos que a sociedade continua a funcionar normalmente. Os jornais apelam, assim, à recuperação colectiva do trauma, restabelecendo as sensações de segurança e reconectando as pessoas com a vida quotidiana (Herman, 1992: 15).

Conforme previsível, os periódicos analisados preocuparam-se também em lembrar as repercussões políticas e económicas do atentado, ocupando também cerca de 10% do espaço dedicado ao acontecimento para o fazerem. Porém, enquanto o DN, conforme previsto, reserva igualmente cerca de 10% do espaço informativo sobre o atentado para os textos argumentativos, o comportamento do *Público* contraria a hipótese inicialmente colocada, já que apenas 3,7% do espaço informativo sobre o acontecimento é dedicado à “voz editorial e argumentação”. Ao invés, o *Público* dá mais espaço do que o DN a matérias de contexto (não relacionadas directamente com a ETA ou a al-Qaeda), sendo a diferença relevante (6,4% do espaço no *Público*, contra apenas 0,8% no DN).

**Quadro 5**

**Géneros textuais usados na cobertura do atentado**

	<i>Público</i>				<i>Diário de Notícias</i>			
	N.º matérias	%	Espaço (cm <sup>2</sup> )	%	N.º matérias	%	Espaço (cm <sup>2</sup> )	%
Matérias noticiosas	29	<b>74,3</b>	7 141	<b>63,6</b>	24	<b>75</b>	5 599	<b>79,1</b>
Entrevistas	1	<b>2,6</b>	476	<b>4,2</b>	1	<b>3,1</b>	280	<b>4</b>
Matérias argumentativas ou analíticas	4	<b>10,3</b>	2 069	<b>18,4</b>	6	<b>18,8</b>	1079	<b>15,3</b>
Matérias documentais	5	<b>12,8</b>	1 545	<b>13,8</b>	1	<b>3,1</b>	112	<b>1,6</b>

A hipótese de que o carácter brutal e surpreendente do atentado tenha promovido a informação de cariz essencialmente noticioso é comprovada pelos dados da tabela 5 (83,1% do espaço do DN e 63,6% do espaço do *Público* ocupado por informação noticiosa). Em consonância com os dados da tabela 4, pode dizer-se que os jornais procuraram evocar noticiosamente o que aconteceu e apontar

o dedo a quem poderá ter cometido o acto, antes mesmo de contextualizarem e procurarem explicações para o ocorrido (por exemplo, com entrevistas e análises) ou de argumentarem e opinarem sobre o que está em causa. Schudson (2002: 43) explica, apropriadamente, que o jornalismo que descarta a informação não tem condições para sobreviver e os resultados da análise parecem comprová-lo. A essa explicação pode acrescentar-se a já referenciada interpretação de Traquina (2001: 98), na linha de Tuchman (1978), segundo a qual o jornalismo se direcciona para os acontecimentos em detrimento das problemáticas devido ao valor do imediatismo e à “definição de jornalismo como relatos actuais sobre acontecimentos actuais”. O factor tempo (Schlesinger, 1977), o papel da cronamentalidade na cultura jornalística (Schudson, 1986 a; Schudson, 1986 b), o ciclo temporal diário de produção rotineira de informação, que culmina no fecho (Traquina, 2001), as expectativas da audiência (Sousa, 2000) são factores que também contribuirão para esse direccionamento do processo jornalístico para os acontecimentos e não para as problemáticas e, por consequência, para a informação noticiosa em detrimento de outros tipos de informação. A presença de enviados no terreno, no caso do *Público*, também terá contribuído para a produção de informação noticiosa por este jornal (os valores absolutos da informação publicada sobre o golpe são superiores aos do DN, apesar de este jornal também ter enviado jornalistas a Madrid). Não deve ser esquecido, porém, que as categorias criadas dizem respeito ao carácter dominante das matérias analisadas, pois encontram-se excertos de entrevistas e exemplos de análise (por exemplo, no que respeita à configuração de cenários) nas matérias predominantemente noticiosas, como veremos na análise qualitativa.

**Quadro 6**

**Nacionalidade das fontes usadas na cobertura do atentado**

	<i>Público</i>				<i>Diário de Notícias</i>			
	N.º de referências	%	N.º de frases	%	N.º de referências	%	N.º de frases	%
Espanholas	46	<b>51,1</b>	87	<b>50,9</b>	17	<b>29,8</b>	29	<b>30,8</b>
Portuguesas	22	<b>24,4</b>	52	<b>30,4</b>	31	<b>54,4</b>	52	<b>55,3</b>
Internacionais	7	<b>7,8</b>	8	<b>4,7</b>	2	<b>3,5</b>	2	<b>2,1</b>
Europeias e do Mundo Ocidental	8	<b>8,9</b>	8	<b>4,7</b>	3	<b>5,3</b>	7	<b>7,4</b>
Países islâmicos	0	<b>0</b>	0	<b>0</b>	0	<b>0</b>	0	<b>0</b>
Outras nacionalidades	3	<b>3,3</b>	10	<b>5,8</b>	0	<b>0</b>	0	<b>0</b>
Indeterminadas (inclui al-Qaeda) ou anónimas	4	<b>4,4</b>	6	<b>3,5</b>	4	<b>7</b>	6	<b>6,4</b>

A tabela 6 mostra que os jornais tiveram um comportamento relativamente dissonante no contacto com as fontes. O *Público*, recorrendo aos seus enviados no terreno, citou mais fontes espanholas do que portuguesas, privilegiando uma *visão autóctone* sobre o acontecimento; o DN, apesar de ter jornalistas em Madrid, conforme anuncia na página 4, privilegiou as fontes portuguesas em detrimento das espanholas. No entanto, as fontes ibéricas foram privilegiadas em ambos os periódicos, o que demonstra, por um lado, o peso do critério da *proximidade* na selecção das fontes e, por outro lado, a influência do factor *acesso*. Pode, assim, concluir-se que o *índice de polifonia* nas notícias depende das *condições de acesso às fontes*. Pode ainda concluir-se que o posicionamento de um jornal no terreno de um acontecimento dá mais-valia polifónica à cobertura e funciona como estratégia de diferenciação e notoriedade entre os competidores do mesmo segmento.

**Quadro 7**  
**Tipologia das fontes usadas na cobertura do atentado**

	<i>Público</i>				<i>Diário de Notícias</i>			
	N.º de referências	%	N.º de frases	%	N.º de referências	%	N.º de frases	%
Fontes oficiais	36	<b>40</b>	74	<b>43,3</b>	28	<b>49,1</b>	36	<b>38,3</b>
Protecção civil	6	<b>6,7</b>	6	<b>3,5</b>	9	<b>15,8</b>	16	<b>17</b>
Especialistas e comentadores	2	<b>2,2</b>	2	<b>1,2</b>	2	<b>3,5</b>	16	<b>17</b>
Religiosos	1	<b>1,1</b>	1	<b>0,6</b>	0	<b>0</b>	0	<b>0</b>
Fontes jornalísticas	5	<b>5,6</b>	12	<b>7</b>	7	<b>12,3</b>	11	<b>11,7</b>
Populares (testemunhas e feridos)	19	<b>21,1</b>	50	<b>29,2</b>	0	<b>0</b>	0	<b>0</b>
ETA e apoiantes	10	<b>11,1</b>	11	<b>6,4</b>	2	<b>3,5</b>	3	<b>3,2</b>
Al-Qaeda e apoiantes	4	<b>4,4</b>	4	<b>2,3</b>	4	<b>7</b>	4	<b>4,3</b>
Outras fontes e fontes anónimas	7	<b>7,8</b>	11	<b>6,4</b>	5	<b>8,8</b>	8	<b>8,5</b>

O jornalismo atenta, em grande medida, naquilo que determinados actores sociais fazem e dizem. Por isso, as notícias, em grande medida, são *colectâneas de factos e citações*, apresentados sob a forma de histórias. No caso do atentado de 11 de Março, as fontes oficiais foram as mais citadas pelos dois periódicos, conforme previsto pela teoria do jornalismo (Santos, 1997; Tuchman, 1978; Gans, 1979, etc.), por força da sua notoriedade, representatividade, autoridade e posicionamento na hierarquia simbólica da sociedade. São essas fontes, por exemplo, que em ambos os jornais surgem como as mais representativas dos seus povos ou organizações para condenarem o atentado e excomungarem os seus autores. Além disso, o direccionamento da informação para as “pessoas de elite” permite ganhos de noticiabilidade, já que a referência a “pessoas de elite” é um critério de valor-notícia (Galtung e Ruge, 1965). Como diz Traquina (2001: 136), “os acontecimentos (...)”

ganham notabilidade se envolverem actores com notoriedade ou fontes autorizadas”. O estatuto das fontes oficiais combina-se, todavia, com a rotinização do trabalho jornalístico, mesmo quando o inesperado acontece, para que seja privilegiada a voz dessas fontes (Tuchman, 1978). O privilégio dado às fontes oficiais terá resultado, assim, não só do estatuto simbólico e do poder das fontes oficiais mas também desse esforço empreendido pelos jornalistas e pelas organizações noticiosas de tratar os acontecimentos de Madrid com base nos procedimentos estandardizados e rotineiros que dominam e a que estão habituados, procedimentos esses que representam uma vantagem estratégica para as organizações noticiosas, já que asseguram resultados, ou seja, permitem que sem grandes sobressaltos ou complicações haja sempre histórias para contar e algo de relevante a dizer sobre os acontecimentos de grande impacto social. O destaque dado a essas fontes contribui ainda, simbolicamente, para mostrar que as estruturas sociais se mantêm e que os órgãos de governo estão activos, favorecendo o regresso à tranquilidade social.

O predomínio das fontes oficiais evidencia, igualmente, o pouco espaço que é dado a histórias e fontes fora dos “círculos oficiais” e facilita a contenção do debate dentro das fronteiras do legítimo e da “esfera do consenso” (Hallin, 1986). No entanto, os dois jornais diferem no que respeita à citação de pessoas que viveram o acontecimento. O DN exclui-as da cobertura; o *Público* inclui-as. O potenciamento do acesso às fontes criado pelo envio de jornalistas para o terreno permitiu a esse último jornal não só aumentar o seu *índice de polifonia* como também tornar a história mais viva e “genuína”. Pelo contrário, a eventual dificuldade no acesso às *vozes alternativas* terá diminuído o índice de polifonia do DN. O *acesso* seria, assim, condição importante, talvez mesmo condição primeira, para a polifonia jornalística, quer se fale em fontes contactadas por iniciativa jornalística, quer se fale em fontes de rotina ou mesmo de fontes informais (canais de iniciativa, canais de rotina e canais informais, na terminologia de Sigal, 1973) para a obtenção de informação. No entanto, há que ponderar a hipótese de ao DN não interessar ter histórias tão “vivas” como as do *Público*, pois o DN, conforme regista na página 4, também tinha jornalistas em Madrid. Na realidade, a contenção no contacto com fontes “populares” revelada pelo DN poderá estar relacionada com a eventual sobriedade da sua política editorial, especialmente quando contraposta a uma hipotética política de maior “envolvimento” nos acontecimentos protagonizada pelo *Público*, conforme revelam vários estudos anteriores (Sousa, 2003; Sousa, 2004).

Além das fontes oficiais, os jornais citaram agentes da protecção civil, o que contribuirá para esclarecer os leitores acerca dos socorros prestados, mas também ajuda a reconduzir as pessoas a uma sensação de segurança e normalidade. Serviram-se, ainda, de especialistas e comentadores para ajudar os leitores a esclarecerem-se sobre o acontecimento, as suas repercussões e a sua autoria, conforme seria de esperar em jornais de referência, que simplisticamente se podem definir como os jornais que se preocupam em dar aos leitores não apenas a informação que estes “querem”, mas

também aquela que é social, económica e politicamente relevante e necessária. O *Público*, porém, cita poucos especialistas, pois os seus jornalistas acabam por desempenhar esse papel, elaborando mais matérias de contexto e argumentativas (ver quadro 5). No DN, as citações de especialistas ocorrem em maior número precisamente porque os seus jornalistas não “usurparam” as funções dos especialistas e comentadores.

**Quadro 8**  
**Relevância da informação visual sobre o atentado**

<i>Público</i>		<i>Diário de Notícias</i>	
Espaço ocupado por informação visual	% do espaço dedicado ao atentado ocupado por informação visual	Espaço ocupado por informação visual	% do espaço dedicado ao atentado ocupado por informação visual
3 057	27,2	1 845	26,1

Os dados da tabela 8 evidenciam que os dois periódicos tiveram um comportamento similar no que respeita ao aproveitamento da informação visual sobre o atentado, já que em ambos mais de um quarto do espaço dedicado à cobertura do atentado é ocupado por fotografias, infográficos e cartoons, modalidades discursivas próprias e identitárias do jornalismo impresso. Como as imagens tendem a assinalar e destacar os enunciados verbais, pode dizer-se que a cobertura que os jornais fizeram do atentado foi *enfática*, no sentido de que as imagens contribuíram para reforçar simultaneamente a importância do acontecimento e da cobertura.

**Quadro 9**  
**Tipo de informação visual**

	<i>Público</i>			<i>Diário de Notícias</i>		
	N.º	Espaço ocupado (cm <sup>2</sup> )	% no espaço ocupado por informação visual	N.º	Espaço ocupado (cm <sup>2</sup> )	% no espaço ocupado por informação visual
Fotografias	22	1987	65	34	1 575	85,4
Infográficos	2	1002	32,8	1	270	14,6
Cartoons	0	0	0	1	140	7,6
Ilustrações	1	68	2,2	0	0	0

A tabela 9 mostra que ambos os jornais privilegiaram a fotografia entre os dispositivos de informação visual, embora tenham recorrido também aos infográficos (mais o *Público* do que o *Diário de Notícias*). Só o *Diário de Notícias* usou um cartoon, instrumento secular do jornalismo opinativo e irónico, para abordar a temática do atentado. Pode concluir-se que a existência de imagens fortes, a capacidade que a fotografia tem de fazer do leitor uma testemunha indirecta dos acontecimentos, facultando o *direito a ver*, e o elevado potencial de dramatização visual do atentado geraram o predomínio da fotografia entre os dispositivos de informação visual, como é corrente no jornalismo impresso.

**Quadro 10**  
**Conteúdos da foto-informação sobre o atentado**

	<i>Público</i>				<i>Diário de Notícias</i>			
	N.º de fotos	%	Espaço (cm <sup>2</sup> )	%	N.º de fotos	%	Espaço (cm <sup>2</sup> )	%
Atentado	12	<b>54,5</b>	1 688	<b>85</b>	13	<b>38,2</b>	1 031	<b>65,5</b>
Políticos	8	<b>36,4</b>	44	<b>2,2</b>	16	<b>47,1</b>	303	<b>19,2</b>
Outros conteúdos	2	<b>9,1</b>	255	<b>12,8</b>	5	<b>14,7</b>	241	<b>15,3</b>

Os dados da tabela 10 reforçam a conclusão extraída dos dados da tabela 9, pois os jornais aproveitaram essencialmente fotografias relacionadas com o atentado em si, optando por fruir do valor testemunhal das fortes imagens fotográficas do acontecimento. Foi, assim, valorizado o evento em si mesmo, os socorros, os feridos, os mortos, em detrimento de um macro-enquadramento político do mesmo. No entanto, há que realçar que os políticos estão bem representados na cobertura fotojornalística do evento, especialmente tendo-se em conta o número de fotografias (36,4% das fotografias sobre o atentado no *Público* e 47,1% no *Diário de Notícias*), o que contribuirá para indiciar que os governantes têm a situação sob controlo. Assim, os conteúdos fotojornalísticos reforçaram os conteúdos verbais, pois por um lado evocaram os trágicos acontecimentos de Madrid e as suas consequências, fazendo dos leitores testemunhas indirectas dos mesmos; e por outro lado terão contribuído para reconectar as pessoas com a dinâmica da vida quotidiana, ao refazerem a sensação de segurança (dada pelas imagens de rotina) e ao concorrerem para criar a sensação de que a estrutura social se mantém e os governantes estão em acção, no seu posto, velando pelos governados.

## 2.2 Análise qualitativa

### 2.2.1 Primeiras páginas (política editorial de vitrina)

O discurso das primeiras páginas dos dois jornais analisados foi consonante. O atentado em Madrid constitui a manchete do *Diário de Notícias* e do *Público*. Se pensarmos, conforme explicitou Austin (1962) com a sua teoria dos actos de fala, que os enunciados verbais não apenas geram significado mas também fazem algo, notamos que em ambos os jornais, além da mensagem com intenção informativa, também há um apelo simbólico à condenação do acto, através das palavras usadas para enquadrar o acontecimento e simultaneamente atrair a atenção do leitor (chocando-o e comovendo-o): “Horror em Madrid” (DN) e “Massacre” (Público). Os títulos de uma só palavra ou de poucas

palavras, como esses, são um dos recursos expressivos capazes de exprimir o grau de importância do acontecimento. No *Público*, a simbologia da palavra “Massacre” é realçada pela cor vermelha, enquanto o DN assume uma postura menos envolvida, mantendo a sobriedade do preto e branco. A data é realçada igualmente nos dois jornais, com o *Público* a escrever “Madrid 11 Março” e o DN a escolher “11/3”, sugerindo que será um dia a evocar por muitos anos, que virá a funcionar como cabide noticioso (Traquina, 1988: 36) para matérias sobre terrorismo, islamismo e outros temas. As interpretações jornalísticas do acontecimento indiciadas nas primeiras páginas alimentam, assim, o sentimento colectivo de incompreensão, repulsa e excomunhão. O *Público* vai ainda mais longe escrevendo, emotivamente: “Também somos todos espanhóis”. Há aqui uma extensão de Madrid a Portugal, simultaneamente hiperbólica e metonímica, através da qual se consagra a ideia de que o atentado foi contra a civilização ocidental. O *Diário de Notícias*, porém, é mais comedido, assumindo, após o enquadramento inicial dado pela manchete, uma postura eminentemente informativa, patente nas seguintes chamadas à primeira página: “Atentado com 13 bombas em quatro comboios mata quase 200 pessoas e fere 1500”, “Governo de Madrid aponta o dedo à ETA mas não abandona a pista da Al-Qaeda” e “Serviços secretos espanhóis informaram o SIS de suspeitas ligadas ao mundo árabe”. É de realçar o recurso à metonímia neste último título, já que “mundo árabe” substitui imprecisamente “al-Qaeda”, sugerindo que Islão, “mundo árabe” e “al-Qaeda” são tudo uma e a mesma coisa. Pode, assim, dizer-se que o DN tem uma *política editorial de vitrina* mais contida do que o *Público*, na linha do que outros estudos de caso têm revelado (Sousa, 2003; Sousa, 2004).

Ambos os jornais optaram por incluir uma única fotografia relacionada com o acontecimento na primeira página. A força da fotografia impulsionou-a para o centro da cobertura e do design. A fotografia ajuda a fazer-nos testemunhas (“ver é crer”), faculta-nos o *direito a ver* e conecta-nos com o que presenciamos, especialmente quando está em causa a comunidade (Felman, 1992: 204). As fotografias escolhidas para as primeiras páginas reforçam as mensagens verbais. No *Público*, todo o texto se sobrepõe a uma fotografia de uma senhora morta (adivinha-se que é uma senhora por causa dos sapatos), coberta por um pano florido com tons vermelhos, abandonada entre os destroços dos comboios, por cima da terra arenosa. O vermelho do pano florido contrasta com as tonalidades caqui da terra arenosa e direcciona a atenção do leitor, cujo olhar viaja entre a manchete “Massacre” (igualmente a vermelho) e a vítima coberta pelo pano, numa associação lógica. No *Diário de Notícias*, uma senhora tapa a mão com a boca enquanto uma lágrima lhe escorre do olho, num gesto universal de choque, comoção, compaixão e pena. Nessas fotos repetem-se padrões históricos de cobertura foto-noticiosa, o que evidencia que há uma acção histórico-cultural sobre as foto-notícias, como pretende Sousa (2000 b). Dito por outras palavras, fotografias semelhantes foram obtidas por fotojornalistas em ocasiões igualmente chocantes e traumáticas, como, por

exemplo, a Guerra Civil de Espanha, a visita de alemães aos campos da morte após a II Guerra Mundial, durante o processo de desnazificação, ou o 11 de Setembro nos Estados Unidos (cf. Zelizer, 1998; Zelizer, 2002; Sousa, 2000 b).

O *Público* anuncia também na primeira página que tem três jornalistas em Madrid, num rodapé à fotografia que serve de pano de fundo aos títulos sobre o atentado (“Reportagens de Eduardo Dâmaso, Nuno Ribeiro e José Manuel Rocha em Madrid). Apesar de as organizações noticiosas terem uma postura mais reactiva do que pró-activa na cobertura dos acontecimentos (Traquina, 2001: 136), procuram emendar as malhas da rede de captura de acontecimentos (a *news net*, na versão de Tuchman, 1978) quando sentem que estes lhes podem escapar. A presença de jornalistas no terreno de um acontecimento é um trunfo estratégico que ao mesmo tempo amplifica e remenda a rede de captura de acontecimentos, permitindo ainda um recurso mais satisfatório às fontes contactadas por iniciativa dos jornalistas (os *canais de iniciativa*, na versão de Sigal, 1973) e, por conseguinte, o aumento da produção própria e uma maior diferenciação, que reforça o posicionamento do jornal no segmento de mercado onde concorre. O DN, aliás, também regista no interior, num grafismo mais “comedido”, que tem os jornalistas João Morgado Fernandes e Manuel Lopes em Madrid.

A breve análise efectuada às primeiras páginas mostra que em situações de choque as palavras parecem ser insuficientes, pelo que os jornalistas necessitam de recorrer a todos os recursos expressivos, verbais e imagísticos, para fazerem passar a mensagem e o respectivo enquadramento, seja este intencional ou não intencional (neste último caso, o enquadramento resulta da imersão do jornalismo e dos jornalistas num caldo ideológico, cultural e histórico que medeia o sentido que se faz do mundo).

### **2.2.2 Ubiquação da história**

O grau de valorização da informação não é dado apenas pelas chamadas à primeira página. A localização da informação no corpo do jornal também indicia simbolicamente o valor que directores, editores e chefias dão a um determinado tema. No *Público*, as notícias sobre o atentado espalham-se da página 2 à 15, havendo ainda menções ao acontecimento nas páginas 31 e 44. O *Diário de Notícias* publica notícias sobre o atentado nas páginas 2 a 7 e ainda nas 10, 11, 32, 35, 43 e última (cartoon). A localização da informação sobre o atentado nas primeiras páginas do corpo de ambos os jornais, independentemente da colocação de informações complementares mais adiante, evidencia que as notícias sobre os acontecimentos de Madrid foram consideradas as mais importantes e “quentes” no horizonte da actualidade.

### 2.2.3 Intenção predominante: informar

Independentemente do seu maior ou menor envolvimento, da sua maior ou menor contenção, os jornais procuraram informar, o que também é uma forma de enquadrar a história. Relembrando mais uma vez o argumento de autoridade de Michael Schudson (2002: 43), o jornalismo que descarta a informação não tem condições para sobreviver. Para vincarem essa intenção informativa, os jornais citaram fontes, descreveram cenários, narraram acções, fizeram análises, recordaram factos históricos de contexto, como podemos ver, a título exemplificativo, no quadro 11 (um exemplo de cada).

**Quadro 11**  
**Exemplos da intenção informativa**

<i>Público</i>	<i>Diário de Notícias</i>
<b>Exemplo de narração</b>	<b>Exemplo de narração</b>
Ontem de manhã cedo, na estação ferroviária de Alcalá de Henares, várias pessoas, das quais duas foram referenciadas por diversas testemunhas, entraram e saíram dos comboios suburbanos que se dirigiam a Madrid.	os terroristas terão entrado na estação de Alcalá de Henares e deixaram mochilas com explosivos (13 a 15 quilos cada) debaixo de assentos em quatro comboios que saíram sucessivamente em direcção a Madrid.
<b>Exemplo de citação de fonte (parafraseada e directa)</b>	<b>Exemplo de citação de fonte (parafraseada e directa)</b>
Aníbal Altamiro, um imigrante equatoriano de 28 anos, (...) diz que quando aconteceu o primeiro rebentamento nem sequer imaginou que se tratasse de um atentado bombista. “Foi numa outra carruagem e não nos apercebemos do que se tratava. Pouco depois mais uma. E depois outra. Aí deixámos de ter dúvidas e apercebemo-nos do cenário aterrador à nossa volta (...)”	Mariano Rajoy, candidato do Partido Popular às eleições de domingo, disse que este era o momento para “deixar de lado todas as diferenças” políticas. Após anunciar a interrupção da sua campanha eleitoral, Rajoy afirmou que a Espanha “está de luto” e que os criminosos terroristas “semearam o sofrimento e a morte”.
<b>Exemplo de descrição</b>	<b>Exemplo de descrição de cenário</b>
Alcalá de Henares (...) dista da capital espanhola cerca de 35 quilómetros. Apesar de ter uma universidade (...), é um dormitório da grande urbe madrilenha.	feridos em busca de auxílio, (...) dezenas de cadáveres entre os ferros retorcidos das carruagens atingidas
<b>Exemplo de informação de contexto</b>	<b>Exemplo de informação de contexto</b>
Em 1987, a ETA fez um atentado cego contra civis no supermercado Hipercor de Barcelona, que fez 21 mortos (...).	Com 1300 soldados aquartelados no Sul do Iraque e um passado recente de apoio incondicional à estratégia de George W. Bush para o Médio Oriente, a Espanha tem sido ameaçada pela Al-Qaeda de ataques no seu território.
<b>Exemplo de análise</b>	<b>Exemplo de análise</b>
A possibilidade de a Al-Qaeda ter conseguido desferir um ataque fora dos países muçulmanos, algo que não sucede desde o 11 de Setembro, e a sua chegada à Europa confirma a dimensão mundial da guerra que estamos a travar.	Tradicionalmente próxima do mundo árabe, uma opção político-diplomática que vem do tempo do <i>generalíssimo</i> Franco e que tem resistido ao velho diferendo com Marrocos sobre a soberania de Ceuta e Melilla, a Espanha, sob a liderança de José Maria Aznar, não hesitou, contudo, no apoio total aos Estados Unidos na questão iraquiana.
<b>Exemplo de excerto opinativo em texto noticioso</b>	<b>Exemplo de excerto opinativo em texto noticioso</b>
Até que a barbárie aconteceu, na forma de acto cobarde e indiscriminado, um assassinato maciço (...).	

É de destacar, atentando nos dados do quadro 11 sobre a utilização de texto opinativo em matérias noticiosas no jornal *Público*, que, por vezes, as fronteiras entre informação e opinião são ténues, em especial quando os jornalistas se deparam com situações chocantes, traumáticas, em que se vêem envolvidos. O DN também regista algumas expressões em textos noticiosos que remetem para opinião, de que é exemplo caracterizar o atentado como um “massacre” (p. 3 e outras), mas não se encontraram neste jornal frases opinativas inteiras nas matérias noticiosas, o que reforça a sensação, já explicitada e consonante com outras pesquisas (Sousa, 2003; Sousa, 2004), de que terá uma política editorial mais “sóbria” do que o *Público*.

#### **2.2.4 Enquadramentos**

São vários os enquadramentos a considerar no que respeita à cobertura do atentado, que é aquilo que na terminologia de Tuchman (1978) pode ser descrito como uma “what a story!”.

Em primeiro lugar, há a considerar o enquadramento estrutural da história. O acontecimento é apresentado nos dois periódicos analisados como um mega-acontecimento, povoado por vários acontecimentos interligados. Isto é, independentemente do acontecimento central, o atentado em si, vários acontecimentos contribuem para fazer a história em evolução (verifica-se, neste caso –e aplicando a terminologia de Tuchman (1978)–, que uma notícia “quente” desencadeou uma “história em evolução”). São várias as matérias que permitem ilustrar a tese atrás sustentada, conforme se pode ver nos quadros 12 e 13:

**Quadro 12**  
**Matérias estruturantes da narrativa (não exaustivo)**

<i>Público</i>	<i>Diário de Notícias</i>
<b>Narração e descrição: o atentado, a caracterização e a actuação de personagens, a descrição de espaços</b>	<b>Narração e descrição: o atentado, a caracterização e a actuação de personagens, a descrição de espaços</b>
O atentado terrorista mais sangrento (p. 2)	Maior massacre terrorista em Espanha (p. 3)
Entraram e saíram dos comboios, deixando mochilas com explosivos (p. 4)	Desta vez os etarras não avisaram (p. 4)
A dor e a raiva das primeiras horas (p. 4)	<b>Os presumíveis autores do atentado</b>
“Repugnância, asco e surpresa” (p. 10)	“Nada aponta no sentido de ter sido a ETA” (p. 7)
Madrid parecia Bagdad (p. 11)	Batasuna nega autoria da ETA (p. 5)
Imaginem a linha de Sintra (p. 5)	13 bombas (p. 2)
<b>Os presumíveis autores do atentado</b>	SIS foi informado sobre “pista árabe” (p. 2)
ETA e al-Qaeda na lista de suspeitos (p. 3)	As ameaças de vingança da al-Qaeda (p. 5)
A pista da ETA (p. 6)	<b>A condenação</b>
ETA o que é? (p. 13)	Pela paz em Espanha (p. 10)
<b>A condenação</b>	Rei pede serenidade (p. 4)
Reacções internas [em Espanha] (p. 8)	Aznar respondeu com firmeza (p. 4)
Rei pede unidade na primeira mensagem desde o golpe de 1981 (p. 8)	Mariano Rajoy pediu união (p. 4)
Guerra total (p. 3)	Líder socialista fala em barbárie (p. 5)
Reacções portuguesas (p. 9)	Bascos rejeitam acção de terror (p. 5)
Parlamento português repudia por aclamação atentado na capital espanhola (p. 9)	Terrorismo igual a barbárie (p. 7)
Governo decreta luto nacional e vai à manifestação em Espanha (p. 10)	França afirma a sua condenação (p. 6)
“Isso é uma coisa lá deles...” (p. 10)	Londres pede união de esforços (p. 6)
Também somos todos espanhóis (p. 15)	A resposta ao terror deve ser global (p. 7)
O mundo em estado de choque (p. 14)	O mal (p. 11)
<b>A tranquilização da sociedade</b>	Terror cobarde (p. 11)
Não há registo de vítimas portuguesas (p. 5)	<b>A tranquilização da sociedade</b>
Cooperação franco-espanhola dizima estrutura terrorista (p. 12)	Acções de socorro “exemplares” (p. 6)
<b>Consequências políticas</b>	Governo português reforça sistema de vigilância e alerta (p. 6)
Que forma escolherão os eleitores para exprimir a sua dor e repúdio? (p. 8)	<b>Consequências económicas</b>
<b>Consequências económicas</b>	Queda [na bolsa] (p. 5)
Bolsas voltam a viver momentos de pânico (p. 14)	Bombas arrasam acções (p. 43)
O pior dos “vermelhos” nas bolsas (p. 31)	<b>Outras consequências</b>
Dólar não resiste ao terrorismo (p. 33)	Villareal contra fatalidade espanhola (p. 32)
<b>Outras consequências</b>	Segurança da selecção espanhola reavaliada (p. 35)
UEFA não aceitou adiar jogos dos clubes espanhóis (p. 17)	
[Nota: a vida retoma a normalidade quotidiana.]	

A história contada pelos jornais centra-se na narração do que aconteceu e na descrição dos cenários do acontecimento e das personagens envolvidas na acção, tal e qual como na literatura, o que chama a atenção para a componente cultural das notícias: estas são, antes de mais, histórias, e como histórias são contadas de maneira semelhante às histórias ficcionais (cf.: Sousa, 2000). Por exemplo, o DN, nas páginas 2 e 3, faz uma narração filmica de alguns dos acontecimentos interligados que construíram o mega-acontecimento, através de uma série de pequenas notícias cronologicamente ordenadas, cada qual com um relógio, a hora e pequenas fotografias ilustrativas de cada momento: 7h05, “Suspeitos vistos em Alcalá de Henares”; 7h39, “Explosões seguidas na zona de Atocha”; 8h00, “Madrid transforma-se num caos de circulação” e assim sucessivamente. O *Público*, por seu turno, enriquece a história com várias personagens, para relembrar os exemplos de heroísmo (os “heróis” sempre atraíram a humanidade, que povoa a sua cultura de histórias míticas e lendárias que servem de exemplo aos restantes, dentro de uma determinada estrutura de valores, crenças e formas de ver o mundo), as operações de socorro (tranquilizantes) e os testemunhos dos feridos e dos que viram o que aconteceu (apelando ao carácter “vivo” da história e envolvendo o público no acontecimento, transformado numa testemunha “quase presencial”). Esse jornal, por exemplo, fala do testemunho de António Manãs, que viu “o inferno (...), ferros retorcidos, corpos humanos, gente a gritar, bocados humanos espalhados em redor.” (“Atocha/O Que Viu António Manãs”, p. 5); fala da história de Jesus Guerrero, um homem à procura da mulher, da mãe do seu único filho, que depois de percorrer todos os hospitais decide finalmente encarar a hipótese de ela estar morta (“Maria Carmen não dá notícias”, p. 5); e fala ainda da acção exemplar de médicos como Alfonso Infante (“A dor e a raiva das primeiras horas”, p. 4), um dos primeiros a chegar ao cenário do atentado. No *Público* também encontramos um bom exemplo de descrição do cenário da acção: “Alcalá de Henares (...) dista da capital espanhola cerca de 35 km. Apesar de ter universidade (...) é um dormitório da grande urbe madrilena” (“Imagem a linha de Sintra, p. 5 – título em que se exorta directamente o leitor a “imaginar”). As descrições dos espaços da acção são, aliás, reforçadas visualmente em ambos os diários através das fotografias.

A ênfase dada às operações de socorro (por exemplo: “Acções de socorro “exemplares”, DN, p. 6) e ao reforço das medidas de segurança em Espanha e nos restantes países (por exemplo: “Governo português reforça sistema de vigilância e alerta”, DN, p. 6) contribuirá para o regresso da calma e superação do choque, pois as pessoas sentirão que não estão sozinhas e que alguém vela por elas. A par da diabolização e excomunhão do terrorismo, patente em matérias como “Repugnância, asco e surpresa” (*Público*, p. 10), assiste-se, assim, a uma glorificação das forças de segurança e socorros. Conforme se verifica pela análise do quadro 12, os jornais falam igualmente das consequências económicas (bolsas, câmbios, mercados) e políticas do atentado (eleições legislativas), o que é

previsível em jornais de referência. Os jornais enfatizam, assim, essencialmente as dimensões e repercussões políticas e económicas do acontecimento, em detrimento de outras abordagens (secundarizadas, em especial pelo DN), como as consequências pessoais, sociais e psicossociais (as famílias destroçadas, as fobias às aglomerações públicas e ao uso de transportes públicos, etc.). Assim, os jornais, concomitantemente à história do mega-acontecimento, passam a mensagem de que a vida política e económica colectiva é mais importante do que a vida pessoal e familiar. A este registo acresce a representação que é feita da sociedade. Como vimos, as pessoas comuns interessam como testemunhas, como pessoas atingidas, como exemplos de vivências, mas quem age e fala (em nome de todos: dos povos e das organizações) é quem está investido da autoridade (os governos, os parlamentos, as chefias de estado e de governo), cuja imagem se positiva e cuja autoridade simbólica e posicionamento na estrutura de poder se reforçam. Veja-se, por exemplo, quem é citado, condenando o acto, com autoridade, poder e representatividade, nas colunas de reacções verbais ao atentado: no DN, D. Juan Carlos II, Aznar, Rajoy, Zapatero, Sampaio, Durão Barroso, Ferro Rodrigues, Blair, Bush, Chirac, entre outros (pp. 4 a 7); no *Público*, os mesmos e ainda outros governantes e políticos (pp. 8, 9, 14, etc.), como Putin, Koffi Annan e Jaap de Hoop Scheffer. Essas formas jornalísticas de representação da sociedade indiciam a estrutura social, legitimada pela lei, pela cultura, pela história, uso e tradição, etc., mas também contribuem para relegitimar continuamente essas mesmas estruturas sociais de governação, poder e domínio. Por isso, pode afirmar-se que o discurso jornalístico sobre o atentado foi um discurso que tendeu a reproduzir simbolicamente a sociedade e, concomitantemente, a produzi-la, pois, ao relegitimar a estrutura social, vai também contribuir simbolicamente para a estabilidade futura dessa mesma estrutura, que funciona como referente para os indivíduos e para novos discursos.

Os jornais indicam também o que se sabe sobre a autoria do atentado e explicam que ainda não havia certezas de que tenha sido a organização independentista basca ETA a cometer o acto, conforme pretendia oficialmente o Governo de Madrid, havendo pistas que apontavam a al-Qaeda, por causa do apoio dado por Espanha à intervenção no Iraque (ver quadro 11). Por isso, o *Público*, logo na página 3, intitula uma matéria com o título “ETA e al-Qaeda na lista de suspeitos”, enquanto o DN, se bem que tenha produzido uma matéria com o título “Destas vezes os etarras não avisaram” (p. 4), também insere outra, na página oposta (graficamente reforça a ideia de oposição), com o título “As ameaças de vingança da al-Qaeda” (p. 5). É relevada, neste contexto, quer a reivindicação do acto pela al-Qaeda quer a rejeição da implicação da ETA no atentado feita pelo braço político do independentismo violento basco (Sozialista Abertzaleak, ex-Batasuna). O DN vai mais longe e tem a iniciativa (canal de iniciativa) de entrevistar um especialista nas questões bascas, que reforça o desmentido do movimento Sozialista Abertzaleak: “Nada aponta no sentido de ter sido a ETA” (p. 7). Assim, observa-se que, mesmo dentro da esfera do consenso, há espaço para a

negociação de enquadramentos, pois os jornais não se remeteram à tese oficial do Governo espanhol, segundo a qual a ETA estaria por trás do atentado.

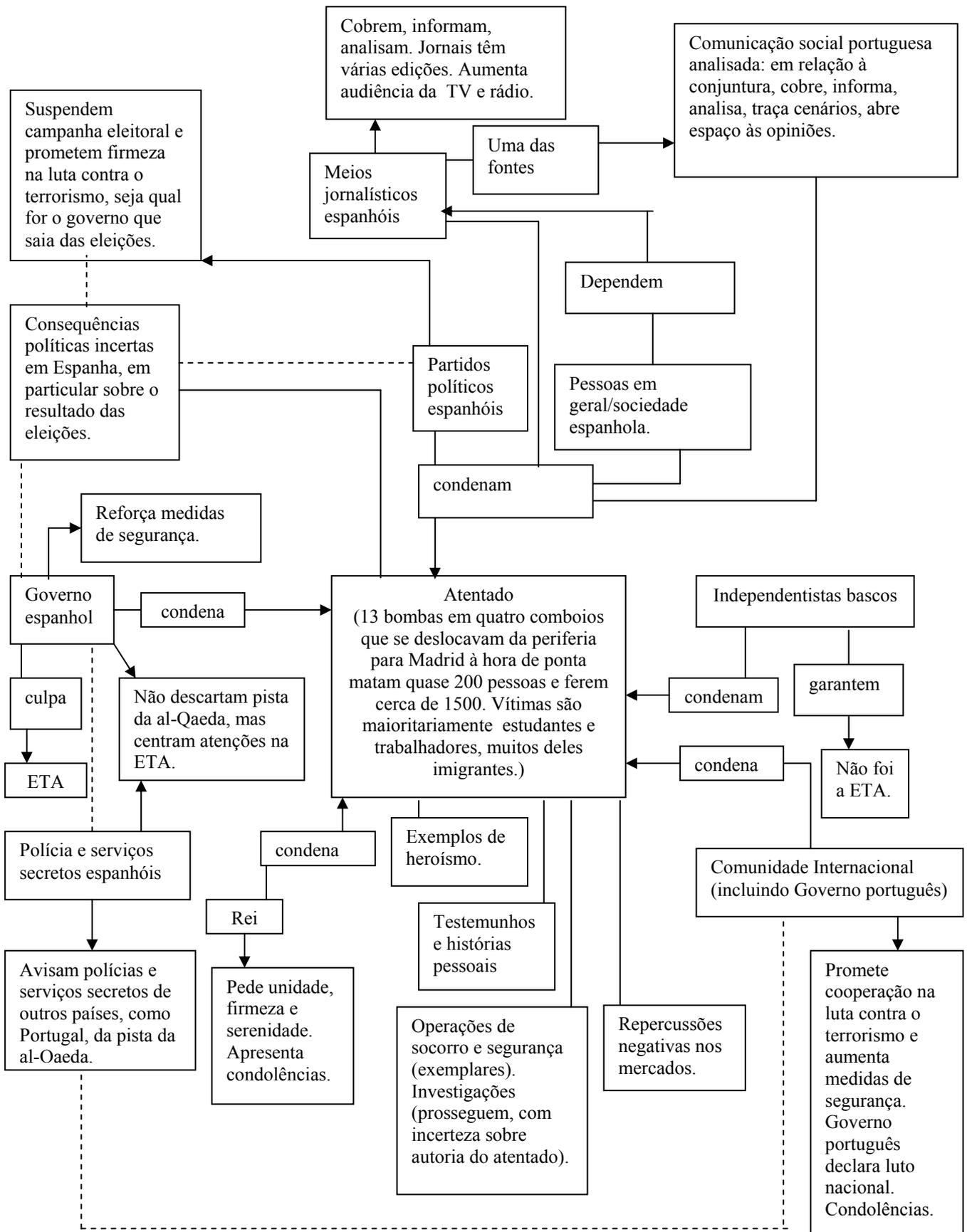
Sublinhe-se, ainda, a ênfase dada pelos jornais portugueses analisados ao papel da comunicação social espanhola, com ambos os jornais a referirem o aumento de edições diárias e a “colagem” das pessoas à rádio e à televisão para obterem informações, testemunharem o que se passava e talvez fazerem a sua catarse (por exemplo, na página 5 do DN escreve-se: “os principais diários espanhóis fizeram segundas edições centradas no atentado”; e na página 10 do *Público*, um personagem diz: “liguei a Rádio Nacional de Espanha” e outro exclama: “ainda tenho aquelas imagens terríveis (...) na cabeça”). Em situações de instabilidade e crise, explicaram Ball-Rockeach e DeFleur (1976), as pessoas estão mais dependentes da comunicação social. Essa dependência é simultaneamente testemunhada e *celebrada* pela comunicação social, que reforça o seu estatuto, a sua imagem pública e a sua auto-imagem com as referências ao seu papel social.

Saliente-se, também, que a história não se restringe ao que ela é, pois é preciso também contar com o que se diz que ela é. Dito por outras palavras, a história, estruturalmente, não se restringe aos conteúdos sobre o acontecimento. Conforme é visível no esquema do quadro 13, a forma como a comunicação social informa, analisa, interpreta, enquadra, classifica e, em última análise, condena o acontecimento e excomunga os seus autores também faz umbilicalmente parte da história. Por isso, na estrutura da história é preciso considerar não só a estrutura do acontecimento em si, tal como ele é apresentado nos jornais, mas também o papel dos jornais que contam, enquadram e condenam esse acontecimento. É o que acontece quando o DN escreve em editorial: “A brutalidade dos atentados de ontem em Madrid não tem compreensão e não pode ter perdão” (p. 10); ou quando o *Público*, também em editorial, sustenta uma mensagem similar: “Somos todos espanhóis porque essa é a única atitude de quem defende a democracia contra os seus inimigos, a liberdade contra os seus adversários, a paz contra o terror, a tolerância contra o niilismo totalitário dos fanáticos” (p. 15).

De realçar, também, noutra registo, a natureza mais emotiva do que informativa de alguns dos títulos expostos no quadro 12, a natureza bélica e agressiva de outros (fazendo transparecer o enquadramento de que estamos factualmente mergulhados numa guerra e que fomos atacados) e a utilização de figuras de estilo como a metáfora (como em “Bombas arrasam acções”).

Esquemáticamente, a estrutura da história, tal como foi contada em ambos os jornais, pode ser apresentada conforme surge no quadro 13.

Quadro 13  
Estrutura da história do atentado



A macro-estrutura da história enquadra a narrativa, mas só por si não desvela toda a capacidade interpretativa e enquadrante do discurso jornalístico. Por isso, na análise dos enquadramentos que transparecem da história jornalística do atentado de 11 de Março há também a considerar os diversos dispositivos verbais conferidores de sentido para o acontecimento, alguns dos quais podem ser observados nos quadros 14 (expressões dos jornalistas) e 15 (expressões das fontes externas aos jornais).

**Quadro 14**

**Expressões usadas pelos jornalistas para enquadrar o acontecimento (não exaustivo)**

<i>Público</i>	<i>Diário de Notícias</i>
<b>Classificação do acto</b>	
massacre; atentado terrorista; sangrento; terrorismo islâmico; inferno; tragédia; horror em toda a sua expressão; mortandade nunca vista [na Europa]; acidente; mega-atentado; radicalismo terrorista; barbárie e infâmia; tantas vítimas e tanto horror; barbárie (...) na forma de acto cobarde e indiscriminado, um assassinato maciço dirigido contra comboios suburbanos que levam (...) gente comum; atentado demente; [atentado contra] gente humilde; macabro atentado;	atentado; horror; massacre terrorista; triste jornada; comboios da morte; [marca] de sangue; ataque; acção da ETA; acção dos bascos; atentados brutais; acção premeditada; ataque concertado; golpe brutal; [o] mal; cenário de horror;
<b>Classificação dos autores</b>	
terroristas; assassinos; autores do atentado; inimigos [da civilização ocidental, da liberdade e da democracia]; cobardes; extremistas; infames;	terroristas; etarras; aqueles que perpetraram as acções terroristas;
<b>O cenário</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- ferros retorcidos, corpos humanos, gente a gritar, bocados humanos espalhados em redor;</li> <li>- feridos que agonizavam sob o peso de homens, mulheres e jovens já mortos;</li> <li>- cenário do horror;</li> <li>- carruagens calcinadas e retorcidas;</li> <li>- Madrid (...) transpirava tristeza, dor e raiva;</li> <li>- Madrid suportou a dor com uma dignidade espantosa;</li> <li>- Na sede do Governo, no Palácio da Moncloa, a afabilidade era máxima;</li> <li>- Cenário de desolação e morte;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- seguiram-se momentos terríveis, com feridos em busca de auxílio, cenas de horror, dezenas de cadáveres entre os ferros retorcidos das carruagens atingidas. Numerosas vítimas eram jovens.</li> <li>- Todos os hospitais ficaram à beira do colapso, milhares de pessoas andavam de um lado para o outro à procura de familiares ou amigos.</li> </ul>
<b>Condenação (universal) do acto (cometido contra a nossa civilização e o mundo)</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- para os terroristas só os fins contam, os meios não importam;</li> <li>- houve quem quisesse pôr a história a andar para trás [os terroristas];</li> <li>- Também somos todos espanhóis;</li> <li>- [os terroristas são] adversários das sociedades livres;</li> <li>- Não há terrorismos, mas terrorismo, e (...) este combate-se sem negociar, sem ceder, sem vacilar, em Nova Iorque, em Madrid ou em Bagdad;</li> <li>- Uma guerra que foi declarada pelo Islão radical contra as democracias liberais (...) onde os nossos adversários passarão de inimigo a inimigo enquanto entenderem que existe um “cruzado” (...) que hoje pode ser americano, espanhol ou britânico para amanhã ser italiano, francês, alemão. Ou português. Nesta guerra não podemos dizer que “não é connosco”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A brutalidade dos atentados (...) não tem compreensão e não pode ter perdão. Nada justifica que gente inocente tenha sido vítima de uma acção premeditada;</li> <li>- A falta de humanidade (...) choca todos aqueles que são a favor do respeito pelos valores humanos. Viver em liberdade é o bem supremo de que o ser humano pode dispor e, por isso, é no regime democrático que ele tem a maior expressão.</li> <li>- [os atentados visaram] desestabilizar um país que luta com determinação e heroísmo para que a liberdade dos seus cidadãos seja preservada todos os dias;</li> <li>- Os espanhóis saberão ser fortes na defesa da paz e da liberdade.</li> </ul>

O dia depois

<p>- O (...) inimigo [dos terroristas] é a democracia (...), a capacidade dos povos escolherem livremente os seus destinos, respeitarem as diferenças, cultivarem o pluralismo e praticarem a tolerância;</p> <p>- se após o 11 de Setembro (...) todos éramos americanos, o 11 de Março de 2004 ficará para nós gravado como o dia em que todos fomos espanhóis (...) porque essa é a única atitude de quem defende a democracia contra os seus inimigos, a liberdade contra os seus adversários (...) a tolerância contra o niilismo totalitário dos fanáticos;</p> <p>- ontem percebemos, no momento do choque, na partilha de uma raiva impotente, como estamos próximos [portugueses e espanhóis]. Como só podemos estar cada vez mais próximos, sobretudo nos momentos difíceis, de dor (...).</p>	
<p><b>Necessidade de agir contra os terroristas</b></p>	
<p>- Guerra total;</p> <p>- Não há terrorismos, mas terrorismo, e (...) este combate-se sem negociar, sem ceder, sem vacilar;</p> <p>- a única atitude possível [dos espanhóis] é (...) votar em massa;</p>	<p>- [os atentados] não pode[m] ter perdão</p> <p>- [Espanha] terá (...) energia suficiente para continuar a lutar contra um mal que não se elimina de um dia para o outro;</p>
<p><b>Cautela e incerteza na identificação dos autores do atentado</b></p>	
<p>- ETA e al-Qaeda na lista de suspeitos;</p> <p>- as autoridades espanholas (...) diziam ao fim do dia que não excluíam a “pista islâmica”;</p> <p>- Para responsáveis dos serviços secretos dos Estados Unidos, é cedo para determinar quem esteve por detrás do massacre</p> <p>- Para a direcção da Europol, a simultaneidade das explosões em Madrid não teria o selo da ETA</p> <p>- Terá sido a ETA? Ontem à noite não havia a certeza.</p>	<p>- a dúvida quanto aos autores do atentado (ETA ou al-Qaeda) atravessou todos os noticiários</p> <p>- Governo de Madrid aponta o dedo à ETA mas não abandona a pista da al-Qaeda</p> <p>- uma ou outra das organizações terroristas [ETA ou al-Qaeda] terá conseguido marcar a sangue (...) a campanha eleitoral;</p>

Quadro 15

Expressões usadas por fontes externas aos jornais para enquadrar o acontecimento (não exaustivo)

<i>Público</i>	<i>Diário de Notícias</i>
<b>Classificação do acto</b>	<b>Classificação do acto</b>
<p>atentado de grandes dimensões; barbaridade; assassinio; barbárie terrorista [que] submeteu Espanha à mais profunda dor, repulsa e indignação; flagelo; linguagem da morte; grande tragédia; trágico momento; violência cega e indiscriminada; mal absoluto; mortes sem sentido de pessoas inocentes; assassinio de inocentes [que] não pode ser justificado independentemente da causa; acto terrorista (...) mais grave num país da União Europeia; acto atroz; acto bárbaro e absurdo; terrível ataque; atentados execráveis; ataques terroristas monstruosos; acto insano de crueldade e barbárie; actos irresponsáveis; actos abomináveis;</p>	<p>loucura macabra; barbárie; atrocidade; acções irresponsáveis, sem justificação; bárbaro atentado; acto terrorista; matança de inocentes; violência medonha sobre civis; acto de guerra; terror; o mal; matança; barbárie terrorista indiscriminada e aviltante (...) contra cidadãos indefesos; acto cobarde e horroroso; terror sanguinário e messiânico;</p>
<b>Classificação dos autores</b>	<b>Classificação dos autores</b>
<p>assassinos; terroristas; bárbaros; criminosos terroristas; são assassinos, não são bascos; inimigos da democracia;</p>	<p>terroristas; criminosos terroristas; não são bascos;</p>
<b>Descrição do cenário</b>	<b>Descrição do cenário</b>
<p>- corpos sobre corpos;</p> <p>- dezenas de pessoas estendidas no chão da carruagem e nós, os que tinham conseguido escapar, a pisá-las para fugir daquele cenário dantesco</p> <p>- mortos, amputados, gente coberta de sangue</p>	

<b>Condenação (universal) do acto (cometido contra a nossa civilização e o mundo)</b>	<b>Condenação (universal) do acto (cometido contra a nossa civilização e o mundo)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- [os assassinos] põem em causa o nosso sossego, os nossos amigos, as nossas crianças;</li> <li>- rejeição (...) às acções cegas contra a população civil e os trabalhadores;</li> <li>- estes atentados (...) visam o (...) sistema democrático e o Estado de direito em Espanha, na Europa e no mundo. A comunidade internacional não abandonará o combate a este flagelo;</li> <li>- o terrorismo não tem distinção, quer actue em Espanha, no Iraque ou em Nova Iorque;</li> <li>- devemos sentir-nos um pouco espanhóis;</li> <li>- este terrível ataque sublinha a ameaça terrorista que devemos enfrentar em vários países;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ameaça terrorista que temos de defrontar em muitos países;</li> <li>- Governo [português] declarou um dia de luto nacional</li> <li>- bárbaro atentado perpetrado contra os valores mais sagrados: a paz e a democracia”</li> <li>- “apoio e colaboração de Portugal na luta contra todos aqueles que recusam a via da democracia e se querem afirmar pelo terrorismo”</li> <li>- “condenação absoluta dessa violência medonha sobre civis (...) [que se repete] em vários países”;</li> <li>- guerra entre o Bem e o Mal</li> <li>- o que distingue as sociedades ocidentais dos terroristas que agem do lado do Mal é a preocupação com os direitos fundamentais, e os instrumentos legais que os garantem, na recusa de quaisquer razões ou fundamentações morais para acções que firam vidas inocentes.</li> <li>- a democracia tem mecanismos para resolver disputas sobre o destino dos povos. Não são precisas bombas, matanças, terrorismo. Não há desculpa. Uma democracia não é uma ditadura e, mesmo em ditadura, matam-se tiranos. Não cidadãos inocentes.</li> </ul>
<b>Necessidade de agir (universalmente) contra os terroristas</b>	<b>Necessidade de agir (universalmente) contra os terroristas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- pena de morte para todos os terroristas e expulsão do país de todos os políticos que com eles negociam;</li> <li>- momento da unidade democrática contra o terror;</li> <li>- lutar contra o terrorismo com a mais firme vontade de convivência pacífica e democrática;</li> <li>- a linguagem da morte não passará;</li> <li>- os perpetradores devem ser julgados;</li> <li>- o terrorismo é um mal absoluto perante o qual só há uma resposta: determinação absoluta, sem dúvidas ou hesitações;</li> <li>- [haverá] solidariedade de Portugal no apoio e perseguição dos responsáveis;</li> <li>- Assistiremos o Governo espanhol (...) para encontrar os responsáveis por estes actos atrozes e levá-los à justiça;</li> <li>- a comunidade internacional deve lutar de forma cada vez mais resoluta contra o terrorismo;</li> <li>- devemos trabalhar todos [os governantes de diversos países] para proteger os nossos cidadãos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- [é necessária] unidade, firmeza e serenidade na luta contra o terrorismo;</li> <li>- o terrorismo não conseguirá os seus objectivos;</li> <li>- [prometo] não descansar enquanto os terroristas não forem derrotados;</li> <li>- [garanto] firmeza na resposta;</li> <li>- “Ninguém duvide de que conseguiremos acabar com o bando terrorista”;</li> <li>- “Os terroristas devem saber que, qualquer que seja o governo, serão perseguidos até que respondam pelas suas atrocidades” ;</li> <li>- “Temos de trabalhar juntos a nível internacional” para “protegermos os cidadãos e vencermos o terrorismo”;</li> <li>- “a liberdade e a justiça prevalecerão”</li> <li>- “O terrorismo é uma ameaça global e por isso as respostas devem ser globais”</li> <li>- “A resposta ao terror deve ser global”</li> <li>- os Estados democráticos têm de ser fortes e firmes na defesa integral da sua soberania, tranquilidade, segurança colectiva, e combater sem vacilações todo o tipo de organizações totalitárias que usam tácticas monstruosas, sem dó nem piedade, contra todo e qualquer cidadão, independentemente da sua idade, filiação política ou escolha religiosa, em nome de causas indefensáveis e sem futuro. Na luta entre a liberdade e o terror (...) não há meio termo, hesitações, apaziguamentos ou conciliações.</li> <li>- na luta entre o Bem e o Mal não há paz.</li> </ul>

Os dados dos quadros 14 e 15 permitem-nos tecer várias observações, sendo a mais relevante a necessidade de se reparar no elevado grau de consonância e congruência entre os jornais, entre os jornalistas e entre as fontes externas (opiniões publicadas) na classificação e condenação do acontecimento, que emerge da narrativa como um condenável acto terrorista de grande dimensão. O acto é apresentado como sendo, de certa forma, dirigido contra a civilização ocidental e não (apenas) contra Espanha, o que “faz de todos nós espanhóis”, tal e qual se refere no *Público*. Um acto em que “nós”, ocidentais, portugueses, espanhóis, etc., estamos contra “eles”, “inimigos” da democracia, “adversários” da liberdade, da tranquilidade e da paz, independentemente dessas interpretações decorrerem da “voz editorial” ou da “voz noticiosa”. Esses dados evidenciam que na interpretação dos acontecimentos de 11 de Março se mobilizaram os enquadramentos rotineiramente evocados para interpretar os atentados terroristas similares, em particular os do 11 de Setembro (veja-se, por exemplo, os trabalhos incluídos na antologia *Journalism after September 11*, da qual são editores Zelizer e Allan, 2002), o que vinca a natureza essencialmente sócio-cultural do jornalismo: evocam-se velhos enquadramentos para interpretar o novo; encaixamos o novo no que é velho porque interpretamos sucessivamente o mundo em função da nossa experiência e conhecimento. Para nós, ocidentais, o atentado de 11 de Março foi um acto de terrorismo cometido por terroristas, mesmo que para um fundamentalista islâmico possa ter sido um acto de defesa do Islão cometido por um “combatente do Islão”. À luz dos valores e da cultura da civilização ocidental, os assassinos fundamentalistas islâmicos do 11 de Março, tal como os do 11 de Setembro, não são vistos como “combatentes da liberdade”, mas sim como homicidas que ameaçam a estrutura e o modo de vida da civilização ocidental. Ao contrário do que dizem autores como Karim (2002), não é o poder que define, nestas circunstâncias, o discurso hegemónico, mas sim a própria sociedade colectivamente, em luta pela sua própria sobrevivência e pela manutenção do seu modo de vida e dos seus valores, de que o jornalismo faz eco.

Em circunstâncias normais, a sociedade ocidental opera como tendo garantida a segurança; em circunstâncias como as do 11 de Março, vive-se a insegurança. Mas essa insegurança é colectivamente rejeitada e condenada, pois as pessoas anseiam por voltar à segura normalidade do dia a dia. Inclusivamente, como é visível nos excertos expostos nos quadros, nos quais são feitas várias referências à “tranquilidade” e à “paz”. Por isso, e ainda porque o acontecimento atenta contra os valores e modos de viver e ver o mundo da sociedade ocidental, conforme também documentam os excertos textuais incluídos nos quadros 14 e 15, a história do atentado tornou-se uma história convergente, assistindo-se a uma mobilização de rituais colectivos de rejeição do atentado e de excomunhão dos respectivos perpetradores. Na designação de Hallin (1986), a história moveu-se para a esfera do consenso. Há pouco ou nenhum espaço para a “controvérsia legítima” (se

aplicarmos novamente a designação de Hallin, 1986), apesar de o director do *Público* lançar uma farpa àqueles “que estão sempre prontos a culpar as nossas democracias por todos os males do mundo, [que] facilmente encontram “explicações” para o radicalismo terrorista, mesmo quando não podem deixar de condenar a barbárie e a infâmia que marcaram dias como o 11 de Setembro de 2001 e, agora, o 11 de Março de 2004” (esta referência ao 11 de Setembro mostra ainda que, em matéria de enquadramentos, como se referiu acima, procuramos encaixar o novo nos velhos referentes, pois fazemos sucessivamente sentido do mundo à luz da nossa experiência e conhecimentos).

Na esfera “do consenso”, os jornalistas, tal como os restantes comentadores, sentem-se livres para invocarem o “nós” em contraposição ao “eles” e tomarem como certos valores, direitos e obrigações compartilhados (Hallin, 1986: 117), ao mesmo tempo que apontam o dedo aos “adversários” e “inimigos” das sociedades livres e da democracia, conforme se pode observar pelo discurso produzido. O acontecimento foi tratado como uma tragédia para o mundo ocidental, um “massacre”, porque afinal os povos ibéricos e ocidentais têm uma herança comum. Nesse enquadramento, como se observa pelos quadros 12, 13, 14 e 15, o jornalismo junta-se à *vox populi* e à voz representativa e autorizada dos líderes e governantes ocidentais na rejeição do acto e na condenação e excomunhão dos seus autores. Nota-se, assim, que o trauma desafia valores profissionais tradicionais dos jornalistas, como a isenção e a imparcialidade, pese embora o facto de a maior parte das opiniões jornalísticas ser emitida pela “voz editorial” (onde se espera a interpretação dos acontecimentos) e não pela “voz noticiosa”. Em circunstâncias traumáticas, a aferição do profissionalismo deixa de poder medir-se pela capacidade de ser objectivo, isento, independente e imparcial, pois estas qualidades entram em colapso pontual em favor de outras qualificações, como o envolvimento. Parece ficar provado, tendo em conta estudos similares como os que surgem na antologia de Zelizer e Allan (2002), que, humanamente, os jornalistas conectam-se, nas ocasiões traumáticas, mais às suas comunidades e aos respectivos valores do que aos valores da sua profissão. Em ocorrências como as do 11 de Março, os jornalistas parecem agir baseados no seu instinto humano, social, gregário, mais do que no profissionalismo. Há uma espécie de conciliação do “pensamento de grupo” (Zelizer, 1993) dos jornalistas com as formas de pensar dominantes da sociedade em que se inserem. A “comunidade interpretativa” (Zelizer, 1993) deixa de se circunscrever à esfera jornalística, alargando-se a toda uma comunidade transnacional, ou, mais rigorosamente, os jornalistas incluem-se na comunidade interpretativa formada por toda a sociedade em que se inserem. A identidade jornalística, antes de ser uma identidade profissional, é uma identidade sócio-histórico-cultural.

Há outros dados interessantes que devem ser registados a partir da análise dos quadros 14 e 15:

1) O belicismo emotivo de algumas expressões (como “guerra total” e “ataque”), o que representa um passo em frente no enquadramento do acontecimento e no suporte a acções políticas e militares contra o terrorismo;

2) O recorte literário de alguns títulos e excertos de texto (por exemplo, a poética do horror em: “ferros retorcidos, corpos humanos, gente a gritar, bocados humanos espalhados em redor” – *Público*) bem como a utilização de figuras de estilo (como a metonímia, a metáfora ou a personificação, por exemplo, em: “Madrid suportou a dor com uma dignidade espantosa” – *Público*), que indiciam, por um lado, a insuficiência das construções discursivas menos figurativas para descrever acontecimentos como os do 11 de Março; e, por outro lado, a recuperação jornalística de formatos literários e do discurso figurativo, mostrando que as fronteiras entre *arte e técnica* e entre *jornalismo e literatura* são, por vezes, ténues, até porque os próprios géneros jornalísticos são essencialmente recuperações historicamente reformatadas dos géneros literários (Schudson, 1988);

3) O recurso a técnicas clássicas da argumentação e da exortação que recuam pelo menos aos tempos da Grécia Antiga, como a contraposição do “nós” ao “eles” em: “se após o 11 de Setembro (...) todos éramos americanos, o 11 de Março de 2004 ficará para nós gravado como o dia em que todos fomos espanhóis (...) porque essa é a única atitude de quem defende a democracia contra os seus inimigos, a liberdade contra os seus adversários (...) a tolerância contra o niilismo totalitário dos fanáticos” (*Público*), evidenciando que o jornalismo é o que é também por força da história;

4) A cautela evidenciada pelos jornais portugueses analisados para informarem sobre a autoria do atentado, colocando a par as hipóteses de ter sido a ETA ou a al-Qaeda, o que evidencia, como se disse já, não só que há espaço de negociação jornalística para as definições oficiais dos acontecimentos mas também que os jornalistas, obrigados, frequentemente, sob a pressão do tempo, a narrar os assuntos em situações de incerteza, procuram, ainda assim, com “bom-senso”, seguir padrões profissionais de comportamento, como a contrastação de factos e fontes, padrões esses que dão qualidade à informação jornalística e que consubstanciam a ética e deontologia da profissão.

Em suma, a cobertura do atentado enfatizou *o que aconteceu* e *o que significaria aquilo que aconteceu*, referindo também *quem* perpetrou o acto (ainda indefinido), *quem* esteve envolvido no acontecimento (feridos, testemunhas, socorristas...) e ainda *onde*, *quando* e *como* ocorreu o

atentado. Foram também referidas várias razões para o *porquê* do atentado, embora estas análises tivessem sido prejudicadas pela indefinição que subsistia quanto à autoria do acto. Em suma, a estrutura da história do atentado corresponde, no essencial, à estrutura que a retórica clássica aconselhava para as histórias e que tem sido adaptada ao jornalismo desde o século XVII, como muito bem documenta Peucer (1690). A forma das notícias é produto da história, tal como argumentámos anteriormente (Sousa, 2000).

### 2.2.5 As fotografias

Fazendo-nos testemunhas indirectas dos acontecimentos, gozando de um elevado potencial de credibilidade e constituindo um dos factores identitários da imprensa, as fotografias jornalísticas contribuem para dar sentido ao mundo (MacLear, 1999; Sousa, 2000 b; Zelizer, 2002; Tubergen e Mashman, 1974...). Portanto, para se explicitarem as tendências discursivas da cobertura do atentado e o sentido global do enunciado há que ter em conta as imagens fotográficas oferecidas ao leitor.

A cobertura fotojornalística do atentado de Madrid obedece a uma padronização que simultaneamente evoca formatos fotojornalísticos históricos e reforça o discurso verbal sobre os acontecimentos. Prova disso é que, excluindo as imagens inseridas em matérias que só indirectamente estão relacionadas com o atentado, como aquelas que ilustram textos sobre futebol, as fotografias sobre os acontecimentos de Madrid abordam essencialmente quatro temáticas: 1) o cenário do acontecimento, mortos e feridos; 2) os socorros e as operações de segurança; 3) as manifestações de repúdio; e 4) os governantes, altos funcionários, etc.

1) *Fotografias do cenário do acontecimento, mortos e feridos* – Estas fotografias chocantes, transfiguradas em *ícones do mal*, têm a capacidade de fazer do leitor uma testemunha indirecta dos acontecimentos, indiciando igualmente o caos e a confusão dos primeiros momentos após o atentado. Permitirão também a um leitor evocar o que possa ter visto na televisão e, assim, reforçar a memória visual do acontecimento. Além disso, ao destacarem a destruição, a morte e a dor, tornam-se congruentes e consonantes com a enunciação verbal, o que permitirá o reforço das emoções e dos significados estimulados e sugeridos pelos textos (angústia, raiva, impotência, desejo de punição dos culpados...). Assim, na página 2 o *Público* apresenta várias fotos coloridas de pequena dimensão, integradas num infográfico explicativo, com diferentes perspectivas dos comboios onde as bombas explodiram. Essas fotos, conciliadas com o infográfico onde estão integradas, fazem uma espécie de filme explicativo e cronológico dos acontecimentos, vincando o que a televisão já tinha feito. Na

página 3, o *Público* insere ainda uma foto de maiores dimensões, a preto e branco, no centro visual da página, com um grande plano do buraco causado pela explosão numa das carruagens e de um socorrista isolado junto aos destroços. O *Diário de Notícias* inclui nas páginas 2 e 3 duas fotografias de grande dimensão, que atraem o olhar dos leitores, ambas obtidas pouco tempo após as explosões. Numa delas, surge, em plano geral, o cenário anárquico do local do atentado, um dos comboios destruídos, os feridos e mortos, os sobreviventes fazendo o que podem para minorar o sofrimento das restantes vítimas. Na outra, um plano de conjunto de dois feridos, um deles ensanguentado. Essas mesmas fotografias são publicadas pelo *Público* nas páginas 10 e 11, mas a preto-e-branco (o que revela que ambos os jornais recorreram a iguais fontes de distribuição de foto-notícias e que muitos dos critérios de fotonoticiabilidade são transorganizacionais). O DN insere fotografias similares (cenário, mortos e feridos) nas páginas 5, 6 e 7. Como corolário, o *Público* edita na página 5 uma fotografia dos sacos com os mortos no atentado, que casa com a matéria intitulada “O silêncio mortal de Madrid”.

2) *Fotografias dos socorros e operações de segurança* – Estas fotografias relevam a ordem que emerge do caos, indicando que a sociedade continua a funcionar, o que contribuirá para a tranquilização social e ajudará a reconduzir as pessoas para a segurança e normalidade da vida quotidiana. São, igualmente, imagens que contribuem para que se vença a dissonância cognitiva entre a experiência do acontecimento e o que se pensava antes dele ter ocorrido, conduzindo a um novo estágio de equilíbrio entre a experiência do quotidiano (o agir) e o pensamento. Assim, em várias fotografias podem observar-se socorristas prestando auxílio às vítimas. É o caso de fotos inseridas nas páginas 2 e 3 do *Público* e nas páginas 2, 3, 5 e 6 do DN. Uma submodalidade temática enfatiza a solidariedade entre os sobreviventes do atentado e as vítimas (página 2 do DN e 11 do *Público*), com os primeiros a tentarem ajudar os segundos. As fotografias sobre as operações de segurança constituem outra das modalidades deste grupo de imagens, como é o caso das fotos oferecidas ao leitor no “filme retrospectivo” que o DN publica no cimo das páginas 2 e 3.

3) *Fotografias de manifestações de repúdio e excomunhão* – As fotografias de manifestações de repúdio pelo atentado vincam a argumentação contra o atentado e contribuem para a excomunhão social dos seus autores. Esta categoria de fotos ocorre nas páginas 6 e 8 do *Público* (duas fotografias a preto-e-branco com 260 e 165 cm<sup>2</sup>) e na página 3 do DN (uma pequena fotografia colorida de uma manifestação de repúdio contra a ETA, em que se vêem dezenas de mãos abertas erguidas e dois cartazes “ETA No”). Nas fotografias inseridas no

*Público* não se visualiza o direccionamento do protesto para um alvo em particular; mas nas fotos editadas pelo DN o alvo do protesto é (literalmente) visível: a ETA. A imagem do DN evocava, assim, o enquadramento oficial do governo espanhol, segundo o qual a ETA teria perpetrado o atentado.

4) *Fotografias de governantes, altos funcionários, etc.* – Estas fotografias de rotina, que acompanham as citações das fontes de rotina, foram amplamente editadas pelos dois jornais, conforme se pode verificar no quadro 10. São imagens que concorrem para a sensação de segurança e normalidade, para a sensação de que a estrutura social se mantém, pelo que contribuirão para a tranquilização da sociedade.

Para além das fotografias acima descritas e classificadas, merece referência uma imagem inserida na página 4 do *Público* na qual várias pessoas parecem contemplar o cenário do acontecimento, semelhante, aliás, à já referida fotografia eleita pelo DN para a sua primeira página. Essa imagem obedece a um dos padrões de actuação mais comuns dos fotojornalistas em situações de choque (Zelizer, 2002): sugerir sem mostrar. Fizeram-se fotografias semelhantes no 11 de Setembro (Zelizer, 2002), mas também na II Guerra Mundial ou na Guerra Civil de Espanha (como as fotos de Robert Capa em Bilbau, em 1937). A semelhança dos conteúdos e formas das fotografias jornalísticas ao longo do tempo indiciam que o fotojornalismo actual é um produto da história (Sousa, 2000 b). Por isso, e também porque os (foto)jornalistas recorrem a rotinas cognitivas que dominam para organizar as ideias e fazer sentido do mundo (Stocking e Groos, 1989: 4), repetem-se as rotinas de produção fotojornalística e os padrões de cobertura ao longo do tempo. Em consequência, também a cobertura fotojornalística do atentado de Madrid se ancorou nas imagens do local e da acção, das pessoas que vêem o que se passa, das vítimas e dos governantes.

### **3. Conclusões**

Tendo em conta as hipóteses de pesquisa inicialmente colocadas e as perguntas de investigação correlatas, os dados obtidos na *análise quantitativa* permitem concluir o seguinte:

1) O elevado grau de valor-notícia do atentado foi suficiente para relevar a sua cobertura no conjunto do noticiário, em particular do noticiário internacional (mais de um quarto das matérias publicadas no dia 12 diziam respeito a esse assunto), pelo que pode aceitar-se a primeira hipótese;

2) A cobertura centrou-se nos acontecimentos que compuseram o macro-acontecimento “atentado” (acontecimento, autores, reacções, repercussões nos mercados...), mas os diários estudados providenciaram também matérias argumentativas e contextuais (um pouco mais de 10% das matérias), pelo que a segunda hipótese pode aceitar-se mas com algumas reservas;

3) A informação noticiosa foi predominante, apesar de os jornais, cumprindo o seu estatuto de referência (informam do que as pessoas “devem saber”, tendo menos preocupação sobre o que as pessoas “querem saber”), incluírem matérias documentais e argumentativas. Assim, a terceira hipótese pode aceitar-se, apesar de o relato se ter centrado no acontecimento mais do que nas problemáticas.

4) Por questões de facilidade de acesso, proximidade e rotina, os jornais citaram essencialmente fontes ibéricas oficiais, pelo que podem aceitar-se a quarta e a quinta hipóteses, pese embora as diferenças entre ambos no que respeita à citação de fontes espanholas e portuguesas, com o *Público* a privilegiar as espanholas, optando por acentuar a *visão autóctone* sobre o evento, e o DN a destacar as fontes portuguesas, o que traduz uma opção por uma visão portuguesa sobre o que se passou em Espanha. De realçar, porém, que a saliência das fontes oficiais não teve por consequências um monolitismo interpretativo sobre o acontecimento. Os jornais parecem manter uma certa latitude interpretativa que rompe os limites dos enquadramentos fornecidos pelas “fontes oficiais”, que, ademais, não são monolíticas e competem entre si pela definição de significados (e, neste caso, pela acusação de culpados) para os acontecimentos.

5) A fotografia foi usada estruturalmente, por ambos os jornais, para a cobertura do acontecimento, tendo reforçado os enunciados verbais, já que deu ao leitor a hipótese de (re)ver em imagens fixas as consequências do rebentamento das bombas e, conseqüentemente, de se comover com o cenário e participar na condenação e excomunhão dos perpetradores do acto.

Os dados da *análise qualitativa* mostram, por seu turno, que os jornais não só não conseguem furtar-se à produtividade da linguagem como também, em ocasiões traumáticas como a do atentado de Madrid, orientam (enviesam) o discurso numa determinada direcção. A proximidade e a semelhança de modos de vida e de formas de ver o mundo levaram os jornais portugueses a identificarem-se com Espanha e os espanhóis, procurando representar o sentir colectivo dos portugueses e favorecendo a ideia de que o atentado foi contra o Ocidente e o modo de vida ocidental

(foi em Espanha, poderia ter sido em Portugal). *Eles* são aqueles que ameaçam o Ocidente e o nosso modo de vida, por isso denominados terroristas, podendo-lhes ser associadas causas como a independência basca ou o Islão. É uma visão discursiva que revela o quanto as sociedades rejeitam colectivamente aquilo que as ameaça. A avaliar pela condenação consonante do atentado feita pelos dois jornais analisados, esses discursos de rejeição, elaborados no contexto de uma determinada cultura, parecem assumir, inclusivamente, a condição de discursos hegemónicos em ocasiões especiais, como as traumáticas. É óbvio que para alguns muçulmanos os assassinos fundamentalistas islâmicos do 11 de Março, tal como os do 11 de Setembro, podem ser vistos como “combatentes da liberdade”, mas à luz da cultura ocidental são percebidos como bárbaros homicidas que ameaçam a estrutura e o modo de vida da civilização ocidental. Não é o poder que define, nestas circunstâncias, o discurso hegemónico, como pretendem autores neo-marxistas ou muçulmanos (estranha aliança de enquadramentos!) como Karim (2002), mas sim a própria sociedade colectivamente, em luta pela sua própria sobrevivência e pela manutenção do seu modo de vida. O jornalismo, imerso nessa sociedade, ecoa os seus valores e as suas visões do mundo.

De realçar, também, que o jornalismo, ao “propagandear” o desvio e quem pratica actos desviantes, parece veicular, simultânea mas paradoxalmente, quer o que promove a destruição do sistema, quer o que assegura a coesão e manutenção do sistema.

Finalmente, e tendo em conta uma tentativa de começar a entender a identidade da imprensa portuguesa, há que realçar que o *Público* parece ser um jornal mais “envolvido” nos acontecimentos e na sociedade do que o DN, privilegiando este último um maior distanciamento e comedimento, em consonância com as descobertas de outros estudos (Sousa, 2003; Sousa, 2004). A luta pela audiência dentro do mesmo segmento pode originar diferenças comportamentais e de posicionamento mercadológico entre os diários portugueses de referência.

Investigação posterior poderá verificar se os esquemas interpretativos usados para enquadrar os atentados do 11 de Setembro foram os mesmos usados para enquadrar os atentados do 11 de Março e estudar como evoluiu nos dias seguintes a cobertura do acontecimento e das suas repercussões (visto que o atentado desencadeou uma história com consequências eleitorais).

## Referências bibliográficas

- AUSTIN, J. L. (1962): *How to do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press.
- BALL-ROKEACH, S. J. e DEFLEUR, M. L. (1976): A dependency model of mass media effects. *Communication Research*, 3 (1): 3-21.
- BELL, A. e GARRETT, P. (Eds.) (1998): *Approaches to Media Discourse*, Oxford: Blackwell Publishers.
- ERICSON, R.; BARANEK, P. e CHAN, J. (1987): *Visualizing Deviance: A Study of News Organization*, Toronto, University of Toronto Press.
- FAIRCLOUGH, N. (1992): *Discourse and Social Change*, Cambridge: Polity Press.
- FAIRCLOUGH, N. (1995): *Media Discourse*, London: Arnold.
- FELMAN, S. (1992): The return of the voice: Claude Manzmamm's *Shoah*, in FELMAN, S. e LAUB, D. (Eds.): *Testimony: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis and History*, New York: Routledge.
- FOWLER, R. (1991): *Language in the News. Discourse and Ideology in the Press*, London: Routledge.
- GALTUNG, J. e RUGE, M. H. (1965): The structure of foreign news. *Journal of International Peace Research*, 1.
- GAMSON, W. (1989): News as framing. *American Behavioural Scientist*, 33.
- GANS, H. (1979): *Deciding What's News. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*, New York: Pantheon Books.
- GITLIN, T. (1980): *The Whole World is Watching*, Berkeley: University of California Press.
- GOFFMAN, E. (1975): *Frame Analysis. An Essay on the Organization of Experience*, Boston: Northeastern University Press.
- HALL, S. et al. (1978): *Policing the Crisis. Mugging, the State, and Law and Order*, New York: Holmes & Meier.
- HALLIN, D. (1986): *The "Uncensored War": 1965-1967*, Berkeley: University of California Press.
- HERMAN, J. (1992): *Trauma and Recovery*, New York: Basic Books.
- HIRSCH, M. (2002): The day time stopped. *Chronicle of Higher Education*, 25 Janeiro, B11.
- KARIM, K. (2002): Making sense of the "Islamic Peril": Journalism as cultural practice, in ZELIZER, B. e ALLAN, S. (Eds.): *Journalism after September 11*, New York: Routledge: 101-116.
- MACLEAR, K. (1999): *Beclouded Visions: Hiroshima-Nagasaki and the Art of Witness*, Albany: State University of New York Press.

- MANOFF, R. K. (1986): Writing the news (by telling the 'story'), in MANOFF, R. K. e SCHUDSON, M. (Eds.): *Reading the News*, New York: Pantheon Books.
- MARQUES DE MELO, J. (1972): *Estudos de Jornalismo Comparado*, São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- MARQUES DE MELO, J.; FADUL, A.; ANDRADE, A. e GOBBI, M. C. (1999): O Mercosul na imprensa do Mercosul. (Projecto de pesquisa). Texto policopiado.
- MILIBAND, R. (1969): The process of legitimation, in MILIBAND, R. (Ed.): *The State in Capitalist Society*, London: Weidenfeld and Nicolson.
- PEUCER, T. (2000): Os relatos jornalísticos. *Comunicação e Sociedade*, n.º 33, pp. 199-214, 2000. (Tradução de *De relationibus novellis*, Leipzig: Tese de Doutorado em Periodística – Universidade de Leipzig, 1690.)
- SANTOS, R. (1997): *A Negociação Entre Jornalistas e Fontes*, Coimbra: Minerva.
- SCHLESINGER, P. (1977): Newsmen and their time machine. *The British Journal of Sociology*, 28 (3).
- SCHLESINGER, P. (1990): Rethinking the sociology of journalism: Source strategy and the limits of media-centrism, in FERGUSON (1990): *Public Communication: The New Imperatives*, London: Sage.
- SCHUDSON, M. (1986 a): What time means in a news story. *The Gannett Center for Media Studies Occasional Papers*, 4.
- SCHUDSON, M. (1986 b): Deadlines, datelines, and history, in MANOFF, R. K. e SCHUDSON, M. (Eds.): *Reading the News*, New York: Pantheon Books.
- SCHUDSON, M. (1988): Por que é que as notícias são como são. *Comunicação e Linguagens*, 8: 17-27.
- SCHUDSON, M. (2002): What's unusual about covering politics as usual, in ZELIZER, B. e ALLAN, S. (Eds.): *Journalism after September 11*, New York: Routledge: 36-47.
- SIGAL, L. (1973): *Reporters and Officials: The Organization and Politics of Newsmaking*, Lexington: Heath and Company.
- SOUSA, J. P. (2000 b): *Uma História Crítica do Fotojornalismo Ocidental*, Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- SOUSA, J. P. (2000): *As Notícias e os Seus Efeitos*, Coimbra, Minerva Editora.
- SOUSA, J. P. (2003): A reacção da imprensa de referência portuguesa ao Golpe de Estado de Julho de 2003 em São Tomé e Príncipe. [On-line]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt>.
- SOUSA, J. P. (2004): Fábrica de heróis. A reacção da imprensa portuguesa de referência à morte de Sérgio Vieira de Mello. Comunicação ao XXVII Congresso da Sociedade Brasileira de Ciências da Comunicação – INTERCOM, Porto Alegre, Brasil.

- STOCKING, S. H. e GROSS, P. H. (1989): *How do Journalists Think. A Proposal for the Study of Cognitive Bias in Newsmaking*. Bloomington: ERIC Clearinghouse on Reading and Communication Skills.
- STEPHENS, M. (1988): *A History of News*, New York: Penguin Books.
- TRAQUINA, N. (1988): As notícias. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 8: 29-46.
- TRAQUINA, N. (2001): *O Estudo do Jornalismo no Século XX*, São Leopoldo, Editora Unisinos.
- TRAQUINA, N. (2002): *Jornalismo*, Lisboa: Quimera.
- TUBERGEN, G. N. e MASHMAN, D. L. (1974): Unflattering photos: How people respond. *Journalism Quarterly*, 51 (2).
- TUCHMAN, G. (1976): Telling stories. *Journal of Communication*, 26 (4).
- TUCHMAN, G. (1978): *Making News. A Study in the Construction of Reality*, New York: The Free Press.
- WOLFSFELD, G (1991): Media, protest and political violence: A transactional analysis. *Journalism Monographs*, 127.
- ZELIZER, B. (1993): Journalists as interpretive communities. *Critical Studies in Mass Communication*, 10 (3).
- ZELIZER, B. (1998): *Remembering to Forget: Holocaust Memory Through the Camera's Eye*, Chicago, The University of Chicago Press.
- ZELIZER, B. (2002): Photography, journalism, and trauma, in ZELIZER, B. e ALLAN, S. (Eds.): *Journalism after September 11*, New York: Routledge: 48- 68.
- ZELIZER, B. e ALLAN, S. (2002): When trauma shapes the news, in ZELIZER, B. e ALLAN, S. (Eds.): *Journalism after September 11*, New York: Routledge: 1-24.